



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARIA RIBAMAR LOPES DOS SANTOS ANDRADE

**NOMES DE QUILOMBOS NA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL
MARANHENSE**

Campinas

2024

MARIA RIBAMAR LOPES DOS SANTOS ANDRADE

**NOMES DE QUILOMBOS NA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL
MARANHENSE**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestra em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira

Este exemplar corresponde à versão
final da Dissertação defendida pela
aluna Maria Ribamar Lopes dos
Santos Andrade e orientada pela
Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira.

Campinas

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Ana Lúcia Siqueira Silva - CRB 8/7956

An24n Andrade, Maria Ribamar Lopes dos Santos, 1995-
Nomes de quilombos na constituição da memória social maranhense /
Maria Ribamar Lopes dos Santos Andrade. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Sheila Elias de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Enunciação. 2. Discurso. 3. Quilombolas. I. Oliveira, Sheila Elias de,
1972-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos
da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Quilombo names in the constitution of social memory maranhense

Palavras-chave em inglês:

Enunciation

Discourse

Quilombolas

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Sheila Elias de Oliveira

Jorge Viana Santos

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Data de defesa: 30-07-2024

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9011-3153>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3417200635647503>



BANCA EXAMINADORA:

Sheila Elias de Oliveira

Jorge Viana Santos

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

**IEL/UNICAMP
2024**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Quilombo

Que todos fizeram com todos os santos zelando

Quilombo

Que todos regaram com todas as águas do pranto

Quilombo

Que todos tiveram de tombar amando e lutando

Quilombo

Que todos nós ainda desejamos tanto.

(Quilombo, o Eldorado Negro; Gilberto Gil)

À Clarice, minha filha, meu doce amor.

Aos meus pais, Maria Ribamar e José Raimundo, que me ensinaram o valor da educação e sempre me apoiaram em cada etapa desta jornada.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho, sob o número do processo BM-06132/22.

À Prof.^a Dr.^a Sheila Elias de Oliveira pela orientação assertiva, atenção e paciência. Obrigada por me fazer olhar para o nome como um acontecimento político. Sua orientação me permitiu realizar o sonho de concluir mestrado na UNICAMP.

À Prof.^a Dr.^a Rosimar Rodrigues de Oliveira e ao Prof. Dr. Jorge Viana pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Obrigada também por fazerem parte da banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Luis Felipe Andrade Silva e à Prof.^a Dr.^a Gracieth da Silva de Sousa por aceitarem o convite de suplentes.

Aos funcionários da Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, muito obrigada por todo suporte.

Aos componentes do grupo de pesquisa Linguagem, Enunciação, Discurso (LED/CNPq) por todo aprendizado.

Ao Prof. Me. Antônio Codina e ao Prof. Me. Paulo Círio, pelas aulas de inglês para a prova de proficiência do mestrado. Obrigada pela amizade e palavras de incentivo.

À Prof.^a Dr.^a Heloísa Curvelo pela amizade, incentivo e encorajamento.

Aos amigos que fiz na UFMA - Jamile Ieda, Mateus Veras, Lanna Oliveira, Maria Machado, Janine Paixão, Teresa Maria – e na Residência Universitária – Adriana Ferreira, Ian Moura, Luciluzi Reis, Telmary Barros, Lucas Vinícius - pela amizade, apoio e encorajamento.

À Andrés Palencia, pela amizade e incentivo dado no período de seleção do mestrado.

À Tatiana Cunha, pelo apoio constante desde a graduação na realização dos meus objetivos.

À Leandro Lindoso, pela disponibilidade, amizade e incentivo dado desde o período que fiz parte do Diretório Acadêmico de Letras – UFMA.

À minha filha Clarice, estrela da minha vida, pelo abraço, sorriso e carinho. Amo você, minha pequena.

Às minhas cunhadas, Glauciene Andrade, Gisela Andrade, Leidiane Sampaio e Sidilene Sampaio pelo apoio e incentivo.

À minha amiga e comadre Francideth que cuidou da minha filha para que eu pudesse participar da banca de seleção do mestrado. Sempre disponível em outros momentos para dar atenção a Clarice. Meu muito obrigada.

À Josenilda do Nascimento, minha sogra, por todo amor e carinho dado à Clarice enquanto cursei o semestre presencial na UNICAMP. Agradeço de coração.

À Mariana Moraes, minha sobrinha, agradeço por toda atenção, cuidado e carinho com Clarice durante a escrita desta dissertação.

À Gilsandro Andrade, amigo e esposo. Não há palavras para agradecer por todo amor e encorajamento dado. Obrigada por sonhar junto comigo o mestrado na UNICAMP.

Aos meus pais, Maria Ribamar, operadora de serviços gerais, e José Raimundo, agricultor, que sempre me motivaram a estudar e a não desistir dos meus sonhos. Muito obrigada!

À minha irmã Valquíria e aos meus irmãos Cleuton, Ronaldo, *in memoriam*, por todo apoio, doação e amizade.

Aos meus sobrinhos Nadson e Diogo por me levarem sempre à comunidade de Pedrinhas. Agradeço pela disponibilidade e por apoiarem minha pesquisa.

Aos professores do Centro de Ensino Quilombola Anajatubense agradeço por todo apoio dado a minha formação acadêmica.

Aos funcionários do Arquivo Público do Maranhão pela atenção, motivação e disponibilidade de materiais.

Aos amigos que fiz na pós-graduação, Fernando Varela, Windson Silva, Larissa Rocha e Nadina Nhanca. Obrigada pelas conversas e risadas atravessadas pelo discurso.

Aos amigos que fiz na Unicamp, Williams Yanez, Aglaer Cabral, Matheus Gomes e Larissa Curvelo. Agradeço por todo apoio e amizade.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Benedito Leite pela indicação de materiais e recepção.

À José da Luz, grande amigo que fiz no Ensino Médio no Centro de Ensino Quilombola Anajatubense. Obrigada por acompanhar minhas pesquisas de campo desde a graduação e por me receber na sua casa, comunidade de Pedrinhas.

À presidente do quilombo Bacabal, Ana Célia, obrigada por disponibilizar documentos e informações sobre a comunidade. Agradeço por participar da minha pesquisa.

Aos moradores do quilombo Pedrinhas, Alaíde Matos, Maria Catarina, Creuza Matos, Domingas Pinto e Raimunda Barbosa. Agradeço pelo carinho e pela recepção em suas casas.

Aos moradores do quilombo Bacabal, Joana Araújo (Dadá), Raimundo Araújo (Seu Dico), José Raimundo (Seu Zé), Agostinho, Tainara Aragão, Zenilda Pinto, Mariana Moraes, Ana Alice, Maria Aparecida e Ana Célia. Obrigada pela amizade, atenção e compromisso.

A todos que, de alguma forma, apoiaram minha pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os sentidos produzidos sobre duas comunidades quilombolas maranhenses da cidade de Anajatuba, Pedrinhas e Bacabal, em dizeres da história oficial e de habitantes em rodas de conversas sobre os nomes, os lugares e sobre si mesmos. Nesse sentido, analisamos o funcionamento do nome do lugar não apenas como uma designação geográfica, mas também atravessado de sentidos históricos, culturais, sociais e simbólicos que contribuem para a construção da identidade da cidade. Nessa direção, daremos visibilidade ao funcionamento dos sentidos sobre o nome, sobre o lugar e sobre os sujeitos que habitam o lugar enquanto sentidos históricos e culturais que dizem respeito à identidade nacional e à luta política contra o racismo estrutural e pela efetiva democracia. Assim, o corpus está formado a partir da pesquisa de campo, com transcrição das gravações de rodas de conversa e Relatos Históricos das comunidades, documentos disponibilizados pelos presidentes da associação de moradores. O aporte teórico deste trabalho é a Semântica do Acontecimento (Guimarães, 1995, 2002, entre outros), que estabelece um diálogo com a Análise de Discurso materialista que se constitui na relação Brasil-França (Pêcheux, 1975; Orlandi, 1992, entre outros). O aparato teórico-metodológico nos permite ter como resultados sentidos que envolvem a organização comunitária e indicam a formação de uma consciência política por meio das histórias que guardam os nomes Olho D'água, Pedrinhas, Pedrinhas Clube de Mães e sentidos que remetem ao sentimento e à proximidade com sua cidade através das designações Bacabal e Bacabalzinho, que nos levam a conhecer não apenas a história dos nomes, mas dos sujeitos que falam de si, da sua cultura e tradição. Desse modo, nesta pesquisa temos nomes e objetos/referências que produzem engajamento e promoção de valores culturais e sociais.

Palavras-chave: enunciação; discurso; político; comunidades quilombolas.

ABSTRACT

The aim of this paper is to understand the meanings produced about two Maranhão quilombola communities in the city of Anajatuba, Pedrinhas and Bacabal, in what is said in official history and by inhabitants in conversation circles about names, places and themselves. In this sense, we are analyzing how the place name functions not only as a geographical designation, but also through historical, cultural, social and symbolic meanings that contribute to the construction of the city's identity. In this sense, we will give visibility to the functioning of meanings about the name, about the place and about the subjects who inhabit the place as historical and cultural meanings that concern national identity and the political struggle against structural racism and for effective democracy. Thus, the corpus is formed from field research, with transcriptions of recordings of conversation circles and Historical Reports of the communities, documents made available by the presidents of the residents' association. The theoretical basis of this work is the Semantics of the Event (Guimarães, 1995, 2002, among others), which establishes a dialog with the materialist Discourse Analysis that is constituted in the Brazil-France relationship (Pêcheux, 1975; Orlandi, 1992, among others). The theoretical-methodological apparatus allows us to draw on meanings that involve community organization and indicate the formation of a political consciousness through the stories behind the names Olho D'água, Pedrinhas, Pedrinhas Clube de Mães and meanings that refer to feelings and closeness to their city through the names Bacabal and Bacabalzinho, which lead us to know not only the history of the names, but of the subjects who speak of themselves, their culture and tradition. Thus, in this research we have names and objects/references that produce engagement and promotion of cultural and social values.

Keywords: enunciation; discourse; political; quilombola communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Capa do Relato Histórico da comunidade quilombola Bacabal	24
Figura 2 -	Capa do Relato Histórico da comunidade quilombola Pedrinhas	25
Quadro 1-	Ordem dos estados com concentração quilombolas	29
Figura 3-	Mapa das Comunidades Quilombolas de Anajatuba	33
Figura 4 -	Imagem de São Benedito junto aos tambores de crioula	37
Figura 5 -	Instrumentos usados no Tambor de Crioula	38
Figura 6 -	Verbete do nome Bacabal	44
Figura 7 -	Placa da Casa de Farinha de Pedrinhas	49

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

FCP – Fundação Cultural Palmares

PVN – Projeto Vida de Negro

CNN – Centro de Cultura Negra

SMDDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
1.1 A construção de uma semântica da enunciação no Brasil	18
1.2 Enunciação e discurso	19
1.3 O corpus	21
2 MARANHÃO: TERRA DE QUILOMBOS	26
2.1 Quilombo	26
2.2 Raízes e lutas: quilombos no Maranhão	28
3 ANAJATUBA: TERRA DOS ANAJÁS	31
3.1 Anajatuba	31
3.2 Comunidades quilombolas escrevendo a história de Anajatuba	32
4 SÃO BENEDITO NA FORMAÇÃO DO QUILOMBO BACABAL	34
5 COMUNIDADE QUILOMBOLA BACABAL	41
5.1 Designação: <i>Sítio de Bacabal x Bacabal x Bacabalzinho</i>	41
5.2 Bacabal: designação construída pela história de todos	45
6 COMUNIDADE QUILOMBOLA PEDRINHAS	47
6.1 Designação: Olhos D'água X Pedrinhas X Clube de Mães Lar de Maria	47
6.2 Pedrinhas Clube de Mães Lar de Maria	51
6.3 Pedrinhas é meu lugar	52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS	60

INTRODUÇÃO

Os nomes próprios de lugares nos permitem identificar e recordar lugares importantes, evocando memórias e sentimentos associados a ele. Conforme Guimarães (2018a, p. 20) “nomear uma cidade (país, etc) é sempre nomear num processo que renomeia, que produz sentido”. Desse modo, compreender o que os nomes revelam sobre a história das comunidades quilombolas é preservar a memória, a cultura e a identidade que formam nossa sociedade.

Os nomes de lugares são testemunhos da história de um lugar. De modo particular, os nomes das comunidades quilombolas, junto a dizeres sobre essas comunidades, significam as lutas políticas de seus moradores ao longo do tempo. De acordo com Moura (1983), as comunidades remanescentes quilombolas surgiram como uma forma de resistência e negação ao sistema de escravidão imposto durante o processo de exploração do Brasil. Este cenário de injustiças do processo escravizatório se estendeu por quatro séculos e faz parte da história do nosso país, conforme Treccani (2006). As comunidades quilombolas resistiram ao longo dos séculos às tentativas de extermínio dos sujeitos descendentes de escravos e de apagamentos de sua história (Moura, 1983). Hoje, essas comunidades não apenas testemunham o passado, mas também inspiram as gerações futuras, desempenhando um papel importante na construção da sociedade atual.

O estado do Maranhão, de acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o segundo da região Nordeste, depois da Bahia, com a maior concentração de comunidades quilombolas. Ter estes dados contabilizados em um censo pela primeira vez demonstra que os quilombos finalmente recebem algum reconhecimento geopolítico. Como forma de contribuir para o registro histórico destas comunidades quilombolas para além das estatísticas, escolhemos para este estudo as comunidades quilombolas Bacabal e Pedrinhas da cidade maranhense de Anajatuba.

As comunidades quilombolas *Bacabal* e *Pedrinhas*, objeto desta pesquisa, não são tão exploradas na área acadêmica. São poucas as pesquisas que versam sobre estes dois lugares. Encontramos a dissertação de Paiva (2018) que produz um retrato das comunidades quilombolas anajatubenses juntamente do projeto Africanidades, realizado em uma escola local. Além disso, o trabalho de conclusão de curso de Andrade (2021), no qual a autora investiga a motivação toponímica de comunidades quilombolas anajatubenses, incluindo Pedrinhas.

Ainda que os estudos anteriores retratem *Pedrinhas* e *Bacabal*, há uma carência de pesquisas sobre a história, formação e tradição das comunidades quilombolas locais. Faltam

também estudos que explorem a nomeação sob olhar semântico. Com toda essa lacuna científica seria pertinente um projeto de pesquisa longo envolvendo alguns pesquisadores para a realização de um trabalho denso e que permitisse registrar relações de semelhança e diferenças entre as comunidades. A limitação de tempo estabelecida no cronograma desta pesquisa e as condições de acesso para termos contato com todas as comunidades quilombolas de Anajatuba e nos fizeram escolher Pedrinhas e Bacabal para este estudo.

Em Pedrinhas, levamos em consideração os modos de organização comunitária que indicam consciência política e engajamento para a promoção de valores culturais e econômicos, como o Grupo de Quebradeiras de Coco e a Associação de Mães Quilombolas da comunidade de Pedrinhas. Entendemos que estas organizações coletivas acionam movimentos de sentidos sobre o local onde se realizam. Em Bacabal, consideramos a realização do Festejo de São Benedito, que preserva a tradição local, sendo uma fonte de sabedoria popular.

Nosso estudo tem como objetivo compreender os sentidos de nomes e dizeres produzidos sobre duas comunidades quilombolas maranhenses supracitadas, em dizeres da história oficial e de moradores em rodas de conversas sobre os nomes, os lugares e sobre si mesmos. Para isso, nos pautamos no conceito de designação proposto por Guimarães (2020, p. 97), a saber: “A significação do nome enquanto algo próprio das relações de linguagem por isso mesmo, enquanto uma relação simbólica exposta ao real, enquanto uma relação tomada na história”. Este conceito nos convida a explorar os movimentos na significação dos nomes próprios, para isso, buscamos narrativas oficiais no Relato Histórico das comunidades, e não oficiais nos dizeres das rodas de conversa, sobre a motivação dos nomes que nomeiam essas comunidades. Ademais, pesquisamos sentidos em circulação nos dizeres de habitantes do local, bem como as derivas para outros nomes que opera juntos aos nomes oficiais.

Para a composição do *corpus* deste trabalho, temos arquivos oficiais, mapa das comunidades quilombolas de Anajatuba e Relatos Históricos das comunidades, disponibilizado pelos representantes das localidades e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dentro dos arquivos não oficiais, temos as transcrições das rodas de conversa com moradores de Pedrinhas e Bacabal, para compreendermos os sentidos em circulação. Estas rodas foram gravadas por meio do aplicativo de gravação de áudio, disponível no celular da pesquisadora.

De acordo com Pêcheux (1999, p. 40) a memória deve ser compreendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Com este estudo que propomos, as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs) de Anajatuba, que fazem parte da história do Maranhão

e do Brasil, serão estudadas pela primeira vez sob um olhar de semanticista, buscando compreender a relação entre seus nomes, dizeres sobre eles e sobre o lugar que nomeiam. Entendemos a nomeação, assim como os dizeres sobre os nomes de lugar e seus referentes, como práticas enunciativas nas quais se tece a memória social.

No capítulo 1, intitulado “Quadro teórico metodológico”, apresentamos a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães, e os procedimentos que são usados nas análises dos nomes Bacabal e Pedrinhas. Em seguida, discorremos sobre o *corpus* desta pesquisa, caracterizando os materiais oficiais e não oficiais usados neste estudo.

Dando continuidade, no capítulo 2, intitulado “Maranhão, terra de quilombos”, discutimos a formação dos quilombos no Brasil, e como deu-se em terras maranhenses. Seguindo para o capítulo 3, apresentamos uma história da cidade de Anajatuba, da qual fazem parte as comunidades Pedrinhas e Bacabal. Para melhor compreendermos a relação destas referidas comunidades e das demais com Anajatuba, tomamos o mapa das comunidades quilombolas como texto, seguindo Guimarães (2002).

No capítulo 4, intitulado “Comunidade quilombola Bacabal”, analisamos a designação do nome *Bacabal* a partir dos documentos oficiais e não oficiais. Como suporte para as análises, usamos o dicionário Michaelis On-Line e o Caldas Aulete. Em virtude da sua importância para a comunidade quilombola de Bacabal, sua formação e por ser considerada uma herança quilombola, contamos, no capítulo 5, uma história de São Benedito e da tradição do tambor de crioula, como parte da cultura da comunidade de Bacabal.

No capítulo 6, intitulado “Comunidade quilombola Pedrinhas”, seguimos com a análise da designação do nome Pedrinhas e da comunidade por ele referida a partir dos recortes das transcrições das rodas de conversa e do Relato Histórico da Comunidade. Em seguida, no capítulo 7, intitulado “Mulheres frente à comunidade”, retratamos a designação do nome Clube de Mães Lar de Maria e do seu referente, com destaque ao movimento político na comunidade e, por fim, analisamos a ideia de pertencimento por meio do recorte “Pedrinhas é o meu lugar”.

A contribuição para o campo linguístico que esperamos produzir é um material bibliográfico acerca dos nomes de comunidades quilombolas e da significação destes nomes, em enunciações diversas, permitindo a reflexão sobre a memória social de sentidos sobre estes espaços geopolíticos que se forjam em práticas de resistência à opressão da escravidão negra no Brasil. Esperamos que o conhecimento produzido se torne um registro disponibilizado para pessoas da comunidade local, pesquisadores, docentes e discentes, para que possam ter contato com uma reflexão sobre questões de língua e linguagem que dizem respeito ao seu quilombo e, com isso, quem sabe, instigar o olhar e a discussão coletiva sobre a identidade local.

1 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos o aporte teórico-metodológico deste trabalho, a Semântica Histórica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento que vem sendo desenvolvida no Brasil por Eduardo Guimarães desde a década de 1980, e cujo diferencial em relação à semântica da enunciação se constrói a partir de um diálogo com a análise do discurso materialista.

1.1 A construção de uma semântica da enunciação no Brasil

Buscamos compreender os sentidos que circulam sobre os nomes próprios e os locais que eles nomeiam na cidade maranhense de Anajatuba, a partir da Semântica Histórica da Enunciação. A Semântica do Acontecimento ou Semântica Histórica da Enunciação vem sendo construída/constituída por Eduardo Guimarães como “[...] lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia”. (Guimarães, 1995, p. 85). Nessa ótica, o autor tem como objetivo construir o conceito e a compreensão de enunciação como prática sócio-histórica constituída no interdiscurso, [...] que se dá como espaço de memória no acontecimento” (Guimarães, 1995, p. 70).

Compreendemos com Guimarães (2002, p. 11) que a “[...] enunciação é o acontecimento da linguagem”, levando em consideração quatro elementos: a língua e o sujeito constituídos pelo funcionamento da linguagem; a temporalidade “[...] que se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro” (Guimarães, 2002, p. 12). E o real a que o dizer se expõe ao falar dele” (Guimarães, 2002, p. 11). Na base da temporalidade está a história, que não deve ser percebida como uma sucessão linear ao longo do tempo, mas sim como “[...] simultaneidade constituída pela memória, pela memória concreta da sociedade” (Guimarães, 1998, p. 113).

Em Semântica do Acontecimento, Guimarães (2002, p. 7) afirma que o semanticista deve “[...] considerar que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. O autor considera que tudo o que é dito é construído na linguagem, na qual a enunciação é tomada “como acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (Guimarães, 2002, p. 8).

Na base da constituição da subjetividade, tal como a compreende a AD materialista, está a historicidade do discurso, que é compreendida no movimento contraditório e com dominante das posições-sujeito no interdiscurso. Dessa forma, a significação passa a ser determinada pelas condições sociais de sua existência. “Sua materialidade é esta historicidade” (Guimarães, 1995, p. 66).

Nessa perspectiva, Guimarães (1995, p. 85) ao compreender que a Semântica do Acontecimento trata a significação “[...] ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia”, realiza um diálogo com a AD, por pensar o funcionamento da linguagem na relação língua/linguagem/sujeito/sentido/interdiscurso e assim buscar se filiar a uma epistemologia materialista.

1.2 Enunciação e discurso

Segundo Pêcheux (1969, p. 82) o objeto discurso “[...] implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas de um "efeito de sentidos". Nessa ótica, “Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (Orlandi, 2006, p. 15). Considerando as ideias de Pêcheux e Orlandi sobre o discurso, é possível afirmar que o conceito vai além da transmissão de informações entre emissor e receptor.

Levando em conta a enunciação, concordamos com Zoppi-Fontana; Elias de Oliveira (2016, p. 127) e “[...] tomamos em conta a subjetividade a partir do fato de sermos falantes, e, assim, estarmos inscritos na ordem das línguas ao tomar a palavra”. Para isso, seguimos a noção de interdiscurso, definido por Pêcheux (1969, p. 149) “[...] todo complexo com dominante das formações discursivas”, o que “[...] caracteriza o complexo das formações ideológicas”. Nesse sentido, Elias de Oliveira (1998, p. 95) reforça que “A partir da consideração do interdiscurso, vem a compreensão de que os sentidos (das palavras, dos enunciados) não são fixos, mas se constroem na enunciação”.

As formações discursivas “[...] determinam o que pode e deve ser dito” (Pêcheux; Fuchs, 1969a, p. 166). Como exemplo, temos a palavra *quilombo* que pode significar de forma diferente se está referida às enunciações dos bandeirantes ou quilombolas, que se sustentam em diferentes formações discursivas: uma colonialista e outra anticolonialista; Esta última, na enunciação dos quilombolas, se forja na luta contra a escravização dos negros no Brasil. Se levarmos em consideração o olhar dos bandeirantes, conhecidos pela captura e prisão de escravizados fugitivos, o nome *quilombo* pode ser associado a algo negativo, significando um lugar de delito. Em contrapartida, se olharmos a perspectiva dos quilombolas, adquire um significado positivo, significando um lugar configurado na luta pela liberdade.

Ainda, como forma de sustentar esse diálogo com a AD, é válido destacar o conceito de condições de produção, que será usado em nossas análises. Pêcheux (1997, p. 77) destaca que “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. De forma direta, Orlandi (1999, p. 28) diz que as condições de produção “[...] incluem o contexto

sócio-histórico, ideológico”. Levando em conta as condições de produção dos sujeitos, podemos afirmar que não se nasce quilombola, o sujeito se torna quilombola.

Conforme Zoppi-Fontana; Elias de Oliveira (2016, p. 127), a subjetividade “[...] é tomada como efeito da exterioridade constitutiva, o que faz com que estar em uma língua implique habitar espaços políticos de tomada da palavra”. Esses espaços políticos são espaços de enunciação, “[...] habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer [...]” (Guimarães, 2002, p. 18), que é fundamental “[...] para se tomar a enunciação como prática política” (*ibid*, p. 22). Nesse sentido, o referido autor considera o político, “[...] conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (*ibid*, p. 16).

Em uma epistemologia materialista, o objeto de estudo é caracterizado como político, ou seja, como dividido conflituamente. Segundo Orlandi (1998, p. 74) “O político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido”. A respeito do político enunciativo e discursivo, Elias de Oliveira (2014, p. 41) diz que “[...] o político na AD diz respeito às divisões interdiscursivas”, enquanto que “[...] na Semântica do Acontecimento, o político diz respeito às divisões enunciativas na configuração do dizer”. Os dois podem ser analisados em conjunto, o que permite um olhar mais preciso na análise.

Conforme destacado por Zoppi-Fontana; Elias de Oliveira (2016), é fundamental buscarmos as filiações interdiscursivas do que foi dito, para que possamos entender como o movimento no político se dá na formação do dizer. Nesse sentido, o político em nossas análises, partirá do diálogo entre a Semântica do Acontecimento e a Análise de Discurso. Para ilustrar o que foi dito pelas referidas autoras, utilizamos um trecho de uma música que foi cantada ao final da roda de conversa realizada na comunidade quilombola Pedrinhas¹. Nessa roda de conversa, as participantes estavam destacando os desafios encontrados durante a formação do Clube de Mães. Seguindo para a canção, daremos destaque à palavra *mulher*.

Eu sou *mulher*, seu doutor, o que é que é?

Eu sou *mulher* do Maranhão, eu sou *mulher*.

Pra ir pra roça, eu sou *mulher*.

Pra quebrar coco, eu sou *mulher*.

E na prefeitura por que eu não sou *mulher*?

Nesse trecho da canção, temos a divisão de sentidos do nome *mulher*. Uma *mulher* que segue as tradições da sociedade para *ser mulher*, e uma *mulher* que reivindica igualdade de

¹ Informações extraídas da roda de conversa realizada no quilombo Pedrinhas, 21 de agosto de 2023.

gênero e reconhecimento. A primeira parte da canção apresenta atividades que são tradicionalmente relacionadas à mulher rural, como ir para a roça e quebrar coco, colocando-a na posição de dona de casa responsável por atividades do campo e domésticas. Na última linha da canção, *E na prefeitura por que que eu não sou mulher?* vem para questionar essa visão tradicional e apontar para a igualdade de oportunidades e ainda para a representação política, uma vez que o número de mulheres concorrendo a uma eleição, seja como vereadora, prefeita, deputada e governadora, ainda é baixo, como é apontado pelas estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral²

Seguindo a perspectiva da Semântica do Acontecimento, neste trabalho analisaremos o corpus, a partir do conceito de cena enunciativa, dita por Guimarães (2002, p. 23) como “espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento”. Esse espaço é caracterizado por “[...]constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” Guimarães (2002, p. 23).

Na cena enunciativa, temos o Locutor “[...] que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” (*Ibid*, p. 23); Por sua vez, o locutor “sempre vem predicado por um lugar social” (locutor -x); Temos também o enunciador que pode se apresentar de quatro formas: individual; genérico, que significa algo que é comumente dito por todos; coletivo, representa uma voz coletiva; universal, regido pelo critério do verdadeiro e do falso, característica do discurso científico, embora não seja único dele. A partir disso, podemos dizer que no recorte anterior em que foi analisado o nome *mulher*, temos um locutor-feminino maranhense que fala do lugar social de dona de casa, reivindicando um lugar na política eleitoral, como seu direito. O dizer desse locutor, mostra que não há reconhecimento e oportunidades para as mulheres na prefeitura desta cidade.

É a partir dessa relação entre enunciação e discurso que direcionamos nosso olhar para esta pesquisa. Dessa forma, buscamos analisar os nomes das comunidades quilombolas maranhenses Bacabal e Pedrinhas, considerando conceitos de formações discursivas, espaço de enunciação e a cena enunciativa.

1.3 O corpus

O *corpus* desta pesquisa é constituído por fontes variadas que incluem Relatos Históricos de Pedrinhas e Bacabal, usados no processo de reconhecimento para comunidades

² Disponível: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

quilombolas na Fundação Cultural Palmares; transcrições manuais dos áudios das rodas de conversa realizadas nas referidas comunidades e o mapa da cidade de Anajatuba - MA. Este *corpus* foi escolhido de forma que corresponda aos objetivos desta pesquisa.

As rodas de conversa foram realizadas após a liberação do conselho de ética da UNICAMP³. Como a pesquisadora deste trabalho nasceu na comunidade de Bacabal, o contato com moradores e líderes comunitários foi facilitado. Por meio de aplicativo de mensagens WhatsApp, e idas à localidade, foi feita e mantida a comunicação com líderes comunitários, buscando moradores que estivessem dentro do perfil proposto e que se dispusessem de forma voluntária, a contribuir com esta pesquisa.

Nesta pesquisa, os nomes dos participantes das rodas de conversa não são revelados. Desse modo, nas partes em que citamos trechos das rodas, usamos a letra inicial do nome da comunidade, a letra M para masculino, F para feminino, e E, caso a pessoa não queira especificar o gênero. Além disso, a idade dos participantes. Por exemplo, para uma moradora de Pedrinhas: PF38. Para participantes da mesma comunidade e idade, adicionamos a letra "a" para diferenciá-los, como BM71 e BM71a, moradores de Bacabal.

Para as rodas de conversa seguimos os critérios de inclusão e exclusão adaptados da pesquisa de Curvelo Matos (2014), a saber: i) seja nativo da comunidade; ii) tenha participado ou participe de manifestações, artísticas, culturais, ou quaisquer outras atividades na comunidade; iii) seja atuante em grupos ou associações de moradores (presidente de associação, secretário ou líder comunitário) e iv) tenha a partir dos 18 anos de idade. Como critérios de exclusão: pessoas que não atendam a pelo menos dois critérios de inclusão ou menores de 18 anos de idade. Esses critérios nos possibilitaram explorar e conhecer as comunidades tradicionais sob o olhar daqueles que são conhecedores das suas histórias.

Tendo em vista que os participantes das rodas de conversa desempenham atividades profissionais que limitam a disponibilidade de tempo, optamos por realizar três rodas de conversa em Bacabal e Pedrinhas. Em Bacabal, contamos com a participação de seis mulheres, com idades entre 19 e 85 anos, e três homens, com idades entre 70 e 73 anos. Em Pedrinhas, seguimos com a participação de cinco mulheres com idades entre 39 e 85 anos. As conversas foram realizadas nas residências dos participantes desta pesquisa, seguindo a devida apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram gravadas no aplicativo de áudio do celular da pesquisadora deste estudo.

³ Número do Parecer consubstanciado do CEP: 6.089.933.

Finalizadas as rodas de conversas, foi dado início à etapa das transcrições, feitas de forma manual no Google Doc e salvas em uma pasta no *drive* do e-mail institucional e pessoal da pesquisadora, compartilhada com a orientadora deste estudo.

A partir das rodas de conversa na casa dos moradores, bebendo uma xícara de café ou um copo de suco, ouvimos dizeres não só referentes à história das designações das comunidades, mas dizeres como *as palmeiras é minha mãe, a mãe dos meus filhos, que me ajudou a criar meus filhos, viu* (P85), que nos mostram um trecho da história de vida, luta e resistência. São dizeres como este que nos permitiram compreender sentidos que vão tecendo a história social dessas comunidades e, com isso, os sentidos dos seus nomes, como o nome próprio *Pedrinhas*, que nomeia o espaço onde as palmeiras assumem o lugar de mãe, que se tem de garantir condições de sobrevivência econômica a um filho.

Além da pesquisa de campo com os moradores das comunidades de Pedrinhas e Bacabal, para a composição do *corpus* do trabalho, buscamos os Relatos Históricos Oficiais das Comunidades Quilombolas (ver Figuras 1 e 2). Entramos em contato com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e solicitamos acesso aos documentos. Além do INCRA, conversamos por WhatsApp com líderes comunitários de Bacabal e Pedrinhas solicitando acesso a esses documentos oficiais. No INCRA, o processo foi demorado, pois foi pedido ofício de solicitação de material direcionado ao serviço de regularização de Territórios Quilombolas. Além disso, como estava em fase de transição do novo governo, o sistema estava passando por alterações. Assim que o INCRA permitiu acesso de forma digital, os presidentes de Bacabal e Pedrinhas já haviam disponibilizado os arquivos físicos, permitindo a sua reprodução por meio do aplicativo que faz a conversão do documento físico em formato portátil de documento.

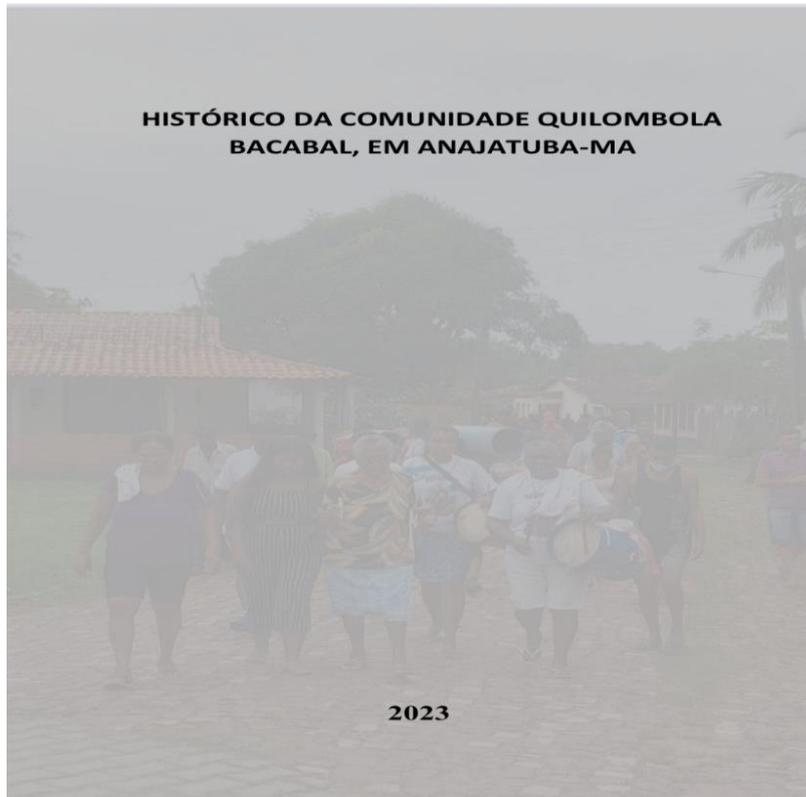
Esses Relatos Históricos constituem parte dos documentos exigidos pela portaria de certificação de comunidades quilombolas da Fundação Cultural Palmares para o processo de certificação de comunidade quilombola remanescente. Trata-se de um documento que é feito a partir de conversas com moradores mais velhos da comunidade, onde se retratam as famílias ancestrais, as tradições culturais, festejos, religiosidade e outros aspectos que contribuem para a caracterização da comunidade como quilombola⁴. Com os Relatos Históricos da Comunidade foi possível ter acesso aos procedimentos de regularização, nos quais se produzem sentidos sobre os nomes próprios e as comunidades que eles nomeiam. A partir disso, nestes

⁴ Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso: 10 de maio de 2024.

documentos, investigaremos elementos relevantes para a análise das narrativas: formação das comunidades, contexto histórico, motivação alegada para a escolha dos nomes, situação geográfica, economia e cultura.

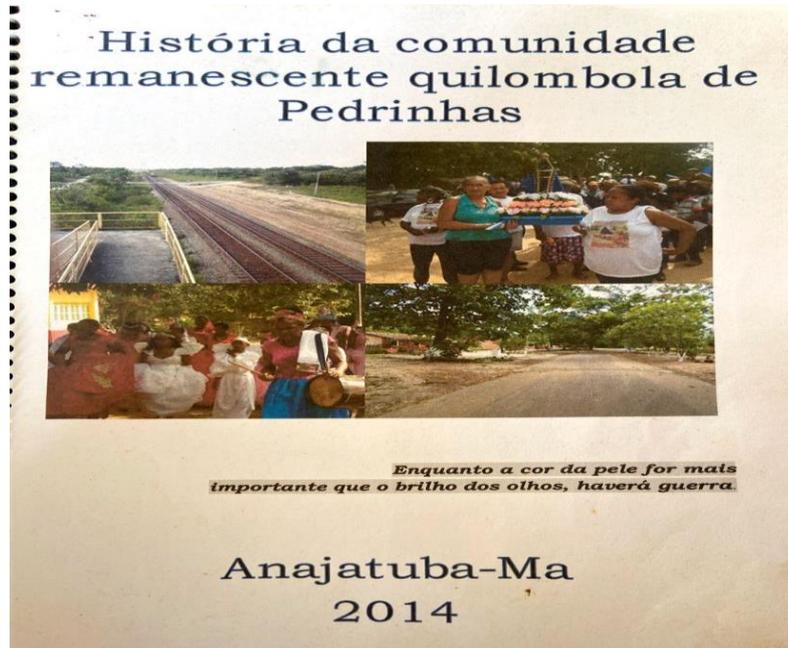
A seguir apresentamos uma captura de tela dos Relatos Históricos das Comunidades Quilombolas Bacabal e Pedrinhas.

Figura 1- Capa do Relato Histórico da comunidade quilombola Bacabal (2023)



Fonte: acervo da comunidade quilombola Bacabal, 2023.

Figura 2- Capa do Relato Histórico da comunidade quilombola Pedrinhas (2023)



Fonte: acervo da comunidade quilombola Pedrinhas, 2023.

Podemos observar recortes de imagens na capa do Relato Histórico de Pedrinhas que fazem referência à religiosidade – procissão de Nossa Senhora Aparecida e Festejo do Divino Espírito Santo – e à infraestrutura – viaduto e asfalto na comunidade feito pelo projeto Carajás da Vale Rio Doce. Em Bacabal, temos referência ao Mastro de São Benedito acompanhado pelas mulheres que tocam caixas, conhecidas como caixeiras, juntamente aos moradores da comunidade.

Neste capítulo, delineamos a base teórico-metodológica utilizada nesta pesquisa. A seguir, apresentaremos o processo de formação dos quilombos a partir do seu contexto histórico, com objetivo de compreendermos o seu papel na formação da identidade maranhense.

2 MARANHÃO: TERRA DE QUILOMBOS

Para iniciarmos nosso estudo sobre os nomes das comunidades quilombolas, é importante termos em conta as condições históricas e os modos de formação dos quilombos, caracterizados por Nascimento (1985, p.41) como “movimento de âmbito social e político”. Ao nos direcionarmos às lutas históricas destas comunidades, nos damos conta de suas contribuições para a formação da identidade maranhense e anajatubense.

2.1 Quilombo

É fundamental compreendermos os sentidos dados à palavra quilombo em distintos períodos, a fim de que possamos fugir dos estereótipos. Segundo Ribeiro (2009), o nome *quilombo* vem do quimbundo *kilombo*, que significa acampamento, cabana. Entre as definições para quilombo, Moura (1986, p. 16) retoma, de forma inicial, a que é dada pelo governo colonial de 1740 “[...] todo núcleo reunindo mais de cinco escravos fugidos, mesmo sem nenhum tipo de edificação”. Para Moura (1986), a partir desta definição do governo colonial, percebe-se que a formação dos quilombos não se deu de forma ocasional. Esta citação indica que, para caracterizar um local como quilombo, a metrópole não levava em consideração a extensão do local, mas a presença de pessoas escravizadas.

Contrastando com a definição do Governo Imperial, Moura, em seguida caracteriza o quilombo como “[...] pólo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão” (1986, p. 31). A partir disso, compreendemos que os quilombos ultrapassam o conceito que os caracterizam como encontro de pessoas escravizadas fugidas, sendo forma de resistir, de dizer não aos castigos, à violência e de lutar pela liberdade, o que revela sua importância para a história brasileira. Nascimento (1985) diz que estas formas usadas pelos quilombos, como resistência, podem ser entendidas como a história do negro no Brasil, representando um marco histórico, tanto de resistência quanto de organização.

Nascimento (1985) aponta que, na Angola havia um povo que se denominava Imbangalas, não criavam filhos por considerarem uma interferência em suas mudanças, uma vez que eram nômades. Como não procriavam, tinham a prática de adoção de adolescentes e, para que fossem incorporados à comunidade Imbangala realizavam o rito da circuncisão. Nascimento (1985, p.43) destaca que "seria *Kilombo* os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade Imbangala". Além desse sentido, a autora destaca outras empregabilidades do nome quilombo, entre eles: campo de guerra e casa sagrada para circuncisão.

Para Leite (2000), o nome quilombo tem sido frequentemente empregado de forma contínua desde os tempos coloniais. A partir daí vem ganhando espaço entre as manifestações culturais negras, como apresentado por Lopes; Simas (1942) no *Dicionário do Samba*, que, ao definirem o verbete quilombo, contam a história do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, entidade fundada pelo compositor Antônio Candeia Filho, com objetivo de valorizar a manifestação artística popular excluída dos desfiles de carnaval.

Conforme Gomes (2015), nos primeiros períodos da colonização, as comunidades de pessoas escravizadas eram chamadas de mocambos e, só depois, passaram a denominá-las de quilombo. Consoante ao *Guia de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais* (2022, p. 9), os quilombos, denominados por vezes como “[...] terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima”, não se limitam apenas a identificar uma localização no espaço. De acordo com o referido documento, esses termos servem para indicar a territorialidade com procedência de ordens religiosas, que foram dadas através de terras destinadas a entidades sagradas ou troca de serviços religiosos. Desse modo, não indicam somente uma localização no espaço.

Ribeiro (1995, p. 220) salienta que a principal forma de constituição dos quilombos era por meio da fuga, que seguiam “[...] para a resistência e para a reconstituição de sua vida em liberdade nas comunidades solidárias dos quilombos, que se multiplicavam aos milhares”. Sobre resistência, Santos (2019) indica que Zumbi dos Palmares é um símbolo de resistência. Este sentido é visto nos cordéis nordestinos analisados pela autora. Neste gênero literário, Zumbi é determinado também como herói. Além de retratá-lo como símbolo de luta, Santos (2019) destaca o sentido de resistência como referência à violência sofrida pelo povo negro.

A solidariedade dentro dos quilombos contribuiu para seu crescimento de forma significativa. Para Carneiro (1958), as fugas simbolizavam uma recusa àquela sociedade de todas as formas que tentava excluir hábitos de vida, religião e línguas dos escravizados africanos. Moura (1983) afirma que eram variadas as estruturas organizacionais dos quilombos, alguns eram de pequeno porte, outros possuíam dimensões maiores, porém seguiam com um objetivo em comum: a liberdade do sistema escravista. A respeito do nome liberdade, Santos (2008), em sua pesquisa sobre os conceitos de liberdade em cartas de alforria, afirma que no Brasil durante o período de 1830 a 1888 havia dois tipos de liberdade: transitiva, a do liberto e intransitiva, do proprietário de escravos. Gomes (2011) aponta que algumas fazendas passaram a ser confundidas com quilombos, não apenas pelo contato feito com outros quilombolas, mas pela autonomia e liberdade na comercialização de produtos, na duração do trabalho a ser

realizado nas plantações de café e na realização, de forma frequente, das festividades religiosas, mantendo e cultivando os laços de convivência social.

Segundo O'Dwyer (2002), é a partir da Constituição Brasileira de 1998 que o nome quilombo tem seu conceito atualizado no art. 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Esta iniciativa vem com a tentativa de garantir segurança jurídica aos territórios quilombolas. Para Almeida (2011), este conceito que insere o nome *remanescente* trata de um dispositivo que demonstra estar direcionado para o passado, para o que sobrou. A ideia de sobra é afirmada no conceito dado ao nome remanescente no *Dicionário Michaelis* (2024)⁵, como “que remanesce ou sobra”.

2.2 Raízes e lutas: quilombos no Maranhão

Segundo Cabral (1992), a entrada em grande quantidade de escravizados nas terras maranhenses ocorreu por meio da Companhia de Comércio do Grão - Pará e Maranhão. A respeito disso, Bezerra Neto (2000, p.14) aponta que “[...] cabia ao tráfico, levado à cabo pela dita companhia, favorecer o desenvolvimento de agricultura comercial”. Durante esse período, foram cometidos exageros por essa companhia, o que resultou em insatisfação, tendo como resultado a Revolta de Beckman ou Bequimão, movimento que se passou na cidade de São Luís, levado à frente por proprietários e comerciantes (Cabral, 1992).

Além das revoltas, os quilombos e os mocambos surgiram como resposta a esse sistema de opressão. Gomes (2011) diz que foi ao longo do século XIX que se deu o crescimento de quilombos em terras maranhenses. Nas palavras de Assunção (1996), fatores como isolamento, fertilidade do solo e a possibilidade de novos membros contribuíram para a formação dos quilombos nesse período. Por outro lado, Gomes (2015) argumenta que os quilombos não eram completamente isolados, já que mantinham contato com diversos setores, incluindo grupos dedicados ao garimpo, à pesca e à agricultura.

De acordo com o Censo IBGE (2022), o Maranhão possui uma população de 269.168 quilombolas, representando 3,97% do total de habitantes quilombolas no Brasil. Estes dados colocam o estado do Maranhão na segunda posição, como estado com maior concentração de quilombolas, como apresentado no quadro a seguir dos dez estados brasileiros com a maior concentração de quilombolas. Além disso, esta estatística dá visibilidade à resistência contínua dos quilombos, que lutam não apenas por seus direitos, mas também pelo

⁵ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/9opoY/remanescente/>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

reconhecimento como comunidade remanescente, essencial para a garantia da terra e do acesso a políticas públicas

Quadro 1- Ordem dos estados com concentração quilombolas

Ranking por UF	
1 Bahia	397. 502 (quilombolas)
2 Maranhão	269.168
3 Pará	135. 603
4 Minas Gerais	135. 315
5 Pernambuco	78. 864
6 Alagoas	37. 724
7 Piauí	31. 786
8 Goiás	30. 391
9 Sergipe	28. 163
10 Ceará	23. 994

Fonte: IBGE, 2022.

Para Assunção (2015), após a abolição da escravatura em 1888, a fragmentação das fazendas em terras maranhenses levou à ocupação pelos ex-escravizados, resultando na formação de vários quilombos. Essa redistribuição foi um dos principais fatores que contribuiu para a grande quantidade de comunidades quilombolas. Além disso, destaca-se a Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, responsável pela “[...] introdução sistemática de escravos africanos no Maranhão”, conforme apontado por Cabral (1992, p. 78).

Esta luta é respaldada pelo art. 20 do Decreto n.º 4.887/2023, que define as comunidades remanescentes quilombolas como “[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2023). A partir desse conceito, nota-se que Bacabal é uma Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ), tendo em vista sua ancestralidade negra por meio do Festejo de São Benedito.

De acordo com Almeida (2011), foi por meio do Projeto Vida de Negro (PVN), em 1988, que foi dado início ao processo de mapeamento das comunidades quilombolas maranhenses, objetivo principal do PVN. Segundo Observatório Quilombola e Território

Negros (2019)⁶, o PVN nasceu a partir da parceria do Centro de Cultura Negra (CNN) e da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH). Conforme o observatório, a atuação do PVN passou a dar-se também na legalização das terras das comunidades em que constavam pendências fundiárias. Assim, tornou-se um projeto essencial para que as comunidades tivessem suas propriedades reconhecidas, conforme a Constituição Federal de 1998.

⁶ Informações disponíveis em: <https://kn.org.br/oq/2019/02/25/um-pouco-de-historia-o-projeto-vida-de-negro/>. Acesso: 25 jan. 2024.

3 ANAJATUBA: TERRA DOS ANAJÁS

Como esta pesquisa versa sobre o nome de duas comunidades quilombolas anajatubenses, *Bacabal* e *Pedrinhas*, acreditamos que seja importante retratar a cidade de *Anajatuba*, sua história e os sentidos que circulam sobre seu nome.

3.1 Anajatuba

Segundo o IBGE (2007), Anajatuba está localizada na região norte do estado do Maranhão e foi criada no ano de 1854. A Lei nº 359 de 22/07/1854 “[...] eleva a categoria de Vila e Freguesia sob a invocação de Santa Maria da Anajatuba a povoação deste nome”. (Brasil, 1854). No primeiro nome, Vila de Santa Maria de Anajatuba, temos uma designação que traz como memorável a devoção a Santa Maria e a referência aos pés de anajá.

Por meio da lei provincial, a vila é desmembrada do município/cidade de Itapecuru Mirim. De acordo com Gaioso (2011), a cidade de Itapecuru Mirim, antes conhecida por Ribeira do Itapucuru, estava entre as povoações mais importantes do período colonial, devido às suas atividades produtivas e à quantidade de pessoas que a habitavam. De forma complementar, Cardoso (2001), afirma que no período de sua formação, Anajatuba era o nome da aldeia da tribo tupi, e que o afastamento dos tupis das terras anajatubenses deu-se por conta da catequese direcionada para o trabalho escravo dos indígenas. Desse modo, os portugueses foram tomando posse das terras.

Zattar (2018) aponta que os primeiros povoados no Brasil receberam o nome de vilas e no contexto do Maranhão não foi diferente com a *Vila de Santa Maria*. Conforme descrito no *Dicionário de Conceitos Históricos* (2009), as vilas eram núcleos fundados por donatários, e para diferenciar uma vila de uma cidade não bastava o tamanho físico, mas sim a organização e a posição política que cada uma apresentava.

Para o IBGE (2023), após divisão administrativa, o povoado é elevado novamente à categoria de município/ cidade sendo denominada de Anajatuba, pelo Decreto nº 870, de 05/07/1935. De acordo com Marques (1870, p. 17), o nome *Anajatuba* “[...] compõe-se de duas palavras basílicas⁷, anajá, uma espécie de palmeira que tem este nome, e *túba*, frequência e abundância etc, e significa *anajazal* ou lugar abundante de *anajaz*”.

Por sua vez, Rêgo (1999) diz que o nome *Anajatuba* tem origem na língua tupi-guarani e complementa a explicação de Marques (1870) ao expor que alguns moradores, por

⁷ Segundo Dicionário Priberam(2023), são palavras pertencentes ao Brasil que podem ter relação com a cultura indígenas ou influência africana. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/Bras%C3%ADlicas>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

meio da via oral, relatam a existência de uma jovem indígena chamada Anajatuba. Segundo a narrativa, após o falecimento da indígena, seu corpo foi sepultado nas terras da Vila de Santa Maria. Os indígenas que costumavam visitar o túmulo da jovem passaram a se referir ao local como Anajatuba ao longo do tempo.

O acontecimento da morte da indígena Anajatuba, como motivador da nomeação do lugar, mostra que o sentido do nome não se restringe a sua etimologia; ele aponta para uma memória social. Se para os falantes brancos, não indígenas, a morte seria um acontecimento tabu, no modo de significar dessa população indígena não foi, como indica a nomeação do lugar. Ao renomear a cidade para Anajatuba por meio do Decreto nº 870, de 05/07/1935 do funcionamento do político na enunciação é feita a inclusão do memorável indígena, que mostra que o espaço de enunciação é de disputa pela língua portuguesa e indígena. Dessa forma, a enunciação que nomeou Vila de Santa Maria é negada na designação de Anajatuba.

3.2 Comunidades quilombolas escrevendo a história de Anajatuba

Segundo o Censo do IBGE (2022), há 6.915 pessoas quilombolas em Anajatuba. A cidade apresenta 27 comunidades quilombolas: Monge Belo, Carro Quebrado, Centro do Isidório, Cupaúba, Ilhas do Teso, Ladeira, Pedrinhas, Assutinga, Assutinga I, São Roque, Queluz, Bairro São Benedito, Ponta Bonita, Bacabal, São Antônio do Coco, Máquina, São Pedro, Retiro, Bom Jardim, Quebra e Capim, Ilhas do Teso, São José, Frades, Zé Bernardo, Flexeira, Retiro do São João da Mata. Dessas, apenas Bacabal, Santo Antônio do Coco e Máquina não são certificadas como comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Todas as comunidades, independentemente de ter o reconhecimento pela FCP, possuem associação de moradores com presidente, vice-presidente, secretários e tesoureiro, e cada uma delas estão ligadas a uma organização geral, a União das Comunidades Quilombolas de Anajatuba (UNIQUITUBA), estabelecida em 2015 pela pedagoga Eliane Frazão, moradora do quilombo São Roque. A organização conecta as comunidades na luta pelos direitos. Conforme a UNIQUITUBA (222, p. 4), a associação geral “[...] foi construída a partir da mobilização das comunidades quilombolas com o objetivo de reivindicar seus direitos sociais e territoriais, lutar pelo seu reconhecimento de ser quilombola e da valorização da cultura”.

Embora Bacabal não seja certificada pela Fundação Cultural Palmares, conta com autodeclaração de comunidade remanescente quilombola emitida pelo governo do estado do

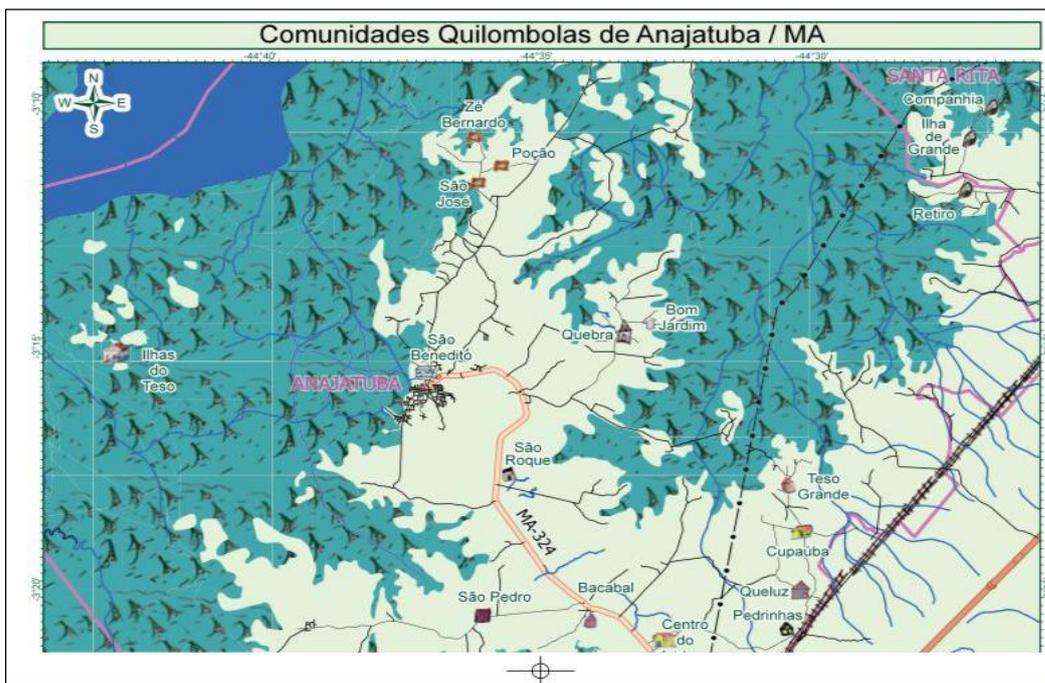
Maranhão (ver Anexo A), emitida durante a gestão de Carlos Brandão, vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

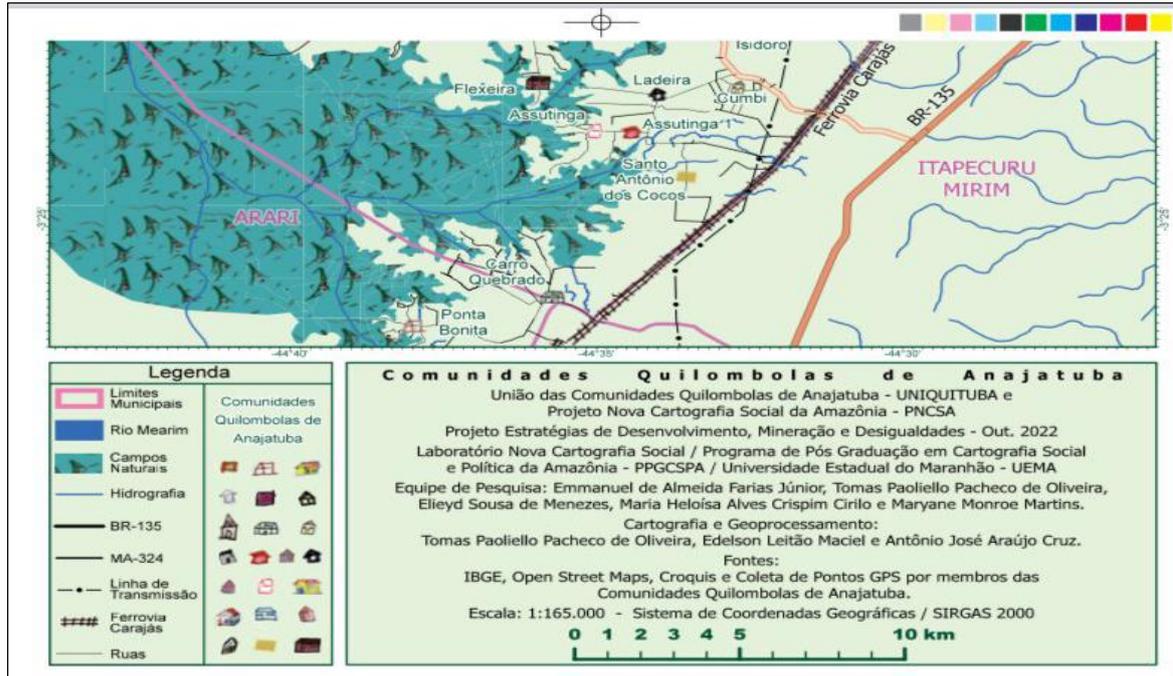
Seguindo a análise feita por Guimarães (2002) sobre os nomes de ruas da cidade de Cosmópolis, neste subitem tomamos o nome de todas as comunidades quilombolas de Anajatuba, como forma de apresentá-lo tecendo a história da cidade. Apesar deste trabalho tratar do nome de duas comunidades quilombolas, compreendemos que para analisar o mapa como texto e retratar a história de Anajatuba por meio dos nomes de quilombos, seria importante considerar, pelo menos neste item, o nome de todas as comunidades.

Vale destacar que este mapa foi feito a partir do que foi desenhado pelos moradores das comunidades quilombolas de Anajatuba durante uma oficina de elaboração de mapas, realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA – com apoio da União das Comunidades Quilombolas de Anajatuba – UNIQUITUBA –, com objetivo de que cada comunidade compartilhasse a sua história.

Por ter sido elaborado pelos moradores das comunidades quilombolas, percebemos que não se trata de um locutor – oficial da administração da cidade, mas de um locutor – quilombola, que fala do lugar social de dizer coletivo, daquele que conhece a sua comunidade. Logo, usaremos esta representação cartográfica como um *corpus* que nos autoriza a tomar “[...] a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano” (Guimarães, 2002, p. 43).

Figura 3 – Mapa das Comunidades Quilombolas de Anajatuba





Fonte: IBGE, Open Street Maps, Croquis e Coleta de Pontos GPS por membros das Comunidades quilombolas, 2023.

Segundo Guimarães (2002), também consideramos o mapa “como texto em um acontecimento de linguagem”, em que o acontecimento não é um fato novo, o seu diferencial é que ele temporaliza. Desse modo, um mapa que é tomado como acontecimento, “[...] projeta em si mesmo um futuro” (2002, p. 12).

Ao observarmos o mapa, percebemos que a cidade é atravessada pela MA-324, passando pelas proximidades das comunidades de *São Roque*, *Bacabal*, *Centro do Isidório*, *Cumbi*, o que as aproxima do perímetro urbano, facilitando o acesso à cidade. Apesar da proximidade com a cidade, estas comunidades não deixam de pertencer ao rural, o que as caracterizam como comunidades rurais. Ainda observando o mapa, vemos o quilombo *São Benedito* próximo ao centro da cidade, a sua localização o identifica como quilombo urbano.

Nesse mapa, tomamos um texto cujos enunciados são os nomes das comunidades quilombolas da cidade de Anajatuba. Começamos com os nomes das comunidades que estão próximas à MA-324, *São Roque*, *Bacabal*, *Centro do Isidório* e *Cumbi*. Em seguida, tomaremos nomes que fazem referência a santos *São Pedro*, *São Roque*, *São José*, *São Benedito* e *Santo Antônio dos Cocos*. Além destes, nomes que apresentam características de formações geográficas: *Ladeira*, *Ilhas do Teso* e *Teso Grande*. A partir do mapa, podemos observar que esses nomes que fazem referência às topografias estão distantes do espaço urbano.

Na designação do quilombo urbano *São Benedito*, o santo é tomado como memorável. Podemos dizer que o locutor-anajatubense, ao nomear o lugar com o nome de São

Benedito fez isso levando em consideração a sua fé. Poderia ter nomeado como São José, Santa Bárbara, São João ou São Sebastião, no entanto estes nomes não chamaram a sua atenção e, assim, nomeou como São Benedito, sendo a forma de demonstrar que, naquela localidade, há um festejo⁸ ou até mesmo devotos do santo. Desse modo, retira do memorável a história de outros santos que poderiam ter nomeado o lugar.

A partir disso, compreendemos que as designações que constituem este mapa integram enunciações dispersas. O Locutor que nomeou comunidades com nomes de santos como *São Roque e São Pedro* não é o mesmo que nomeou *Bacabal*, pois, se fosse o mesmo locutor, poderia ter nomeado Bacabal com o nome de santo, São Benedito, São Lázaro ou São Sebastião, santos festejados de forma tradicional na comunidade⁹.

Desse modo temos nomes que são constituídos de memoráveis distintos: a) santos: *São Pedro, São Roque, São José, São Benedito, Santo Antônio dos Cocos*; b) formações geográficas: *Ladeira, Ilhas do Teso e Teso Grande*; c) nomeação de pessoas: *Zé Bernardo, Isidório*; d) plantas: *Bacabal, Cupaúba*; artefato cultural: *Flexeira*; e) mineral: *Pedrinhas*; f) meio de transporte: *Carro Quebrado*. Esta descrição nos mostra que os nomes das comunidades quilombolas estão relacionados entre si e com a história da formação de Anajatuba.

⁸ O festejo tradicional de São Benedito acontece no mês de janeiro no Bairro São Benedito da cidade de Anajatuba. Informações disponíveis em: <https://www.blogdoantonioCarlos.com.br/2020/01/festejo-de-sao-benedito-leva-milhares.html>. Acesso em: 15 maio de 2024.

⁹ Informações da roda de conversa realizada na comunidade quilombola Bacabal realizada no dia 10/07/2023.

4 SÃO BENEDITO NA FORMAÇÃO DO QUILOMBO BACABAL

Para os moradores de Bacabal, São Benedito é o padroeiro da comunidade, fazendo parte da história e formação do quilombo. Em todos os anos, seu festejo é realizado com muita festa, comida e bebida ao som dos tambores de crioula e das caixas das caixeiras¹⁰. Durante a festa, os laços comunitários são fortalecidos e as tradições culturais são preservadas. Dada a sua importância, acreditamos que seja essencial retratar a sua história e a sua celebração na comunidade.

4.1 São Benedito na história da comunidade de Bacabal

Cascudo (1998) diz que São Benedito foi guardião de um convento, profeta e taumaturgo. Antes de ser canonizado como santo, sua imagem já era venerada. Por ser preto, tornou-se popular entre os negros. Reginaldo (2005) afirma que a identificação física não foi um elemento essencial na formação das práticas religiosas negras, uma vez que as práticas católicas foram reinterpretadas pelas crenças africanas. Entre as devoções adotadas pelos negros, além de São Benedito, Reginaldo (2005, p. 59) destaca “Santa Ifigênia, Santo Elesbão, Santo Rei Baltazar, Santo Antônio de Categeró”.

São Benedito, originário da Sicília, tornou-se o santo da festividade do tambor de crioula. Sobre essa associação com o tambor, o IPHAN apresenta duas versões. Na primeira, “São Benedito aparece no teatro das memórias como um escravo que foi à mata, cortou um tronco de árvore e ensinou os outros negros a fazer e a tocar o tambor” (2016, p. 20). Como segundo versão, consta que “ele surge como o cozinheiro do monastério que levava comida escondida em suas vestes para os pobres”. Embora não tenha um consenso sobre a sua relação com o tambor de crioula, a celebração ao santo juntamente dessa manifestação cultural contribui para a preservação da cultura afro-brasileira.

Em uma reportagem da BBC News Brasil (2002)¹¹, destaca-se que São Benedito é filho de africanos e que não chegou ao sacerdócio por conta da cor da sua pele. Também é mencionado, pela rede de notícias que o santo é conhecido como o Mouro, o Negro e o Africano. Sua fama se estendeu por sua atuação como cozinheiro, o que levou católicos devotos de São Benedito a colocarem sua imagem na cozinha, para que nunca faltasse comida. Por sua popularidade nas terras maranhenses, foi construída a Casa do Tambor de Crioula, localizada

¹⁰ São mulheres, em sua maioria, que cantam e tocam caixa durante a festividade. Informação disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-festa-do-divino-espírito-santo-no-maranhao-e-suas-caixeiras/>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

¹¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63126615>. Acesso em: 13 fev. 2024.

na cidade de São Luís – MA, onde a imagem de São Benedito está ao lado dos tambores, conforme apresenta a figura 4.

Figura 4- Imagem de São Benedito junto aos tambores de crioula



Fonte: acervo da autora, 2024.

Segundo IPHAN (2016), o tambor de crioula no Maranhão apresenta características que o diferencia de outras regiões do Brasil, entre elas a forma de executar a música e a dança, conhecida por muitas pessoas como brincadeira. Como mostrado na imagem acima, são três tambores, o maior é chamado de tambor grande ou rufador, o do meio, como meião ou socador, e o último de crivador ou pererenga. Ao som desses tambores, toadas são puxadas pelos cantadores, levando as dançarinas, também chamadas de coreiras, a rodopiarem com suas saias de chita no centro da roda, realizando a umbigada¹².

Para Lopes e Simas (1942), a prática da umbigada é o destaque da dança do tambor de crioula maranhense, conhecida pelos seus participantes como *punga*. De acordo com o Ministério da Cultura (2007), esta manifestação está presente na maioria das cidades do Maranhão, caracterizando-se não apenas pela umbigada, mas também por apresentar uma dança circular realizada ao som dos tambores, em devoção a São Benedito. Em 2007, o IPHAN reconheceu o tambor de crioula como Patrimônio Cultural Imaterial.

Na comunidade quilombola Bacabal, o Festejo de São Benedito é coordenado por nove pessoas denominadas juízes, homens e mulheres nascidos na comunidade. A cada ano, um dos nove juízes é designado para organizar a festa, contando com o apoio da comunidade e

¹² Nas danças de rodas bantas, encontram-se que o dançarino principal dá, com o umbigo, na pessoa que vai substituí-lo. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/umbigada/>. Acesso em 08 jul. 2024.

das localidades vizinhas. A festividade tem início no mês de julho, com a busca de palha para a construção da casa, onde são armazenados os cocos-babaçu, um dos ingredientes essenciais do pé-de-moleque, bolo preparado durante a festividade do mastro de São Benedito.

Em Bacabal, como em tantas outras comunidades maranhenses, a festa é acompanhada ao som dos tambores (ver Figura 5), instrumentos feitos de tronco de árvores com cobertura do couro de animais.

Figura 5- Instrumentos usados no Tambor de Crioula



Fonte: Acervo da autora, 2024.

De forma detalhada, apresentamos um recorte da transcrição da roda de conversa em que B38, moradora da comunidade e participante da festividade, que nos conta as etapas do Festejo de São Benedito na comunidade Bacabal. B38 fala a partir do que conhece e participa, tendo em vista que seu pai faz parte da coordenação da festa, como pode ser afirmado a partir do trecho *porque acompanho meu pai, onde meu pai é juiz de tambor*.

BF38: O festejo é organizado em etapas. Sei de quase todas, ou não... Ou melhor sei falar todas, *porque acompanho meu pai, onde meu pai é juiz de tambor* e todos nós que estamos aqui somos ajudantes lá do meu pai. Aonde esse tambor começa é com a tiragem de ¹³palha para fazer o barracão. O povo vão no mato, tira pau, tira palha e depois tem um banquete para eles se servirem. É um processo onde toda a comunidade participa abrindo a palha. Marcamos um dia para fazer o ¹⁴barracão. Nesse dia já sabemos, como é tradição, dia 20 de setembro o povo se desloca para um terreno de uma família, também negra, onde eles cedem os cocos para juntar no dia 20. E depois tem um processo, quando chega no dia 5 de dezembro a pessoa vai colocar a mandioca de molho. Vai na roça. As pessoas pagam suas devidas promessas e vão

¹³ Folha retirada das palmeiras para coberta da casa.

¹⁴ Nome dado à casa em que é realizado parte do festejo de São Benedito.

buscar e levar para a casa do forno. Cinco dias após, que cai no dia 8 de dezembro eles vão fazer o “carimã” que é um festejo onde as pessoas vão socar a massa, descasca a mandioca, soca no pilão. É utilizado balaio, vasilha, onde serve um banquete, uma comida, na casa do dono do tambor, que todo ano tem um dono específico, lá a gente fica fazendo um banquete, cozinhando galinha, pato, arroz, carne de porco, carne de gado e é levado para a casa do forno para as pessoas que estão ajudando e quem chega para participar almoçar. À tarde, depois disso temos também o mastro de Nossa Senhora da Conceição que é chamado Mastro das Crianças que sai de casa em casa, jogam bombom. Dia 15 de dezembro acontece a quebra de coco, começa às cinco da manhã quando os homens se deslocam para a casa do juiz e vão colocar os cocos para poder as mulheres quebrarem, crianças, jovens, todos. Também lá tem comida para distribuir para todo mundo. Dia 16 acontece da mesma forma com a massa que foi feita na Casa do Forno vão fazer bolo, onde esse bolo é chamado de pé-de-moleque. Acontece da mesma forma servindo almoço. E eu esqueci de falar antes, que antes do dia 5 tem a tiração da lenha que começa dia... Dia 15 de novembro é a tiração da lenha na mata onde tem um proprietário que tá cedendo a sua mata para as pessoas tirarem. Do dia 16 até o dia 24 de dezembro temos rezas, são nove noites de reza, cada reza tem um dono, mas toda comunidade participa onde os ajudantes de cada noite tem juiz que tem 20, 30, 40 ajudantes. Cada um contribui com vela, foguete. Dá bastante foguete nas rezas do dia 16 até o dia 24. Dia 24 tem a alvorada e essa alvorada começa de 4 a cinco da manhã, amanhece batendo tambor e caixa aqui na igreja. Depois é deslocado para levar São Benedito para a casa do juiz, onde acontece o festejo durante o dia, aonde as caixeiros vão quase em todas as casas da comunidade buscar joia, galinha, pato, porco, boi, farinha, arroz. E ainda mais as pessoas que verem de outras comunidades pagar promessa que ficam na entrada das ruas para as caixeiros buscarem farinha, pato, arroz para levar para a casa do juiz, aonde tem também pessoas que pagam promessa em dinheiro. Durante o dia tem comida para todo mundo, a noite também. O tambor toca todo o dia 24 de dezembro, entra pela noite. Tem reza pela noite e esse tambor só vai parar dia 25 quando levam para o juiz do próximo ano fazer. Aí vai entregar para ela, ainda bate uma marcha de tambor e depois vem deixar São Benedito na casa dele, na igreja, porque a igreja da comunidade é de São Benedito e de São Sebastião.

De forma resumida a partir do que nos diz B38, estas são as etapas do Festejo de São Benedito da comunidade Bacabal:

- em 20 de setembro é feita a coleta do coco babaçu.
- em 15 de novembro a busca da lenha.
- em 5 de dezembro a mandioca é colocada de molho.
- em 8 de dezembro realização do "carimã".
- em 15 de dezembro é feita a quebra do coco-babaçu.

- em 16 de dezembro ocorre o preparo do pé de moleque e o levantamento do mastro.
- de 16 a 24 de dezembro, há noites de reza para São Benedito.
- 24 de dezembro é o dia da festa, com muita comida e bebidas ao som dos tambores.

Apesar de não contar com a participação de todos os moradores da comunidade, devido à presença de crenças distintas, a festividade segue a sua tradição, contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais e sentimento de pertencimento à comunidade, sendo um reflexo da cultura e da tradição. Desse modo, a partir do que nos conta BF38 notamos a resistência e preservação cultural, que vão passando de geração.

Seguindo com a festividade, para BM73 *a festa não é só de Bacabal, mais de Anajatuba*.

BM73: Temos o tambor de São Benedito que faz parte também da cultura de Anajatuba, não de Bacabal, como de Anajatuba. Eu tenho dito pra várias pessoas que *a festa não é só de Bacabal, mais de Anajatuba*, e todo mundo faz parte. Aqui a comunidade é em peso pra dar certo, graças a Deus e ultimamente tem dado certo. O tambor de São Benedito faz parte da nossa cultura.

Em BM73, temos também um morador que participa da festividade e faz parte do grupo dos juízes da festa como um dos organizadores. Este locutor parte do lugar de dizer de enunciador – coletivo, pois seu dizer está associado a uma cidade. Isso é visto no seguinte trecho “*a festa não é só de Bacabal, mais de Anajatuba, e todo mundo faz parte*”, o que evoca pertencimento não apenas à comunidade, mas à cidade também. Nesse caso o festejo, apesar de ser realizado na comunidade de Bacabal não é propriedade desta, mas de todas as outras comunidades que integram a cidade de Anajatuba. Os dizeres de BF38 e BM73 funcionam no espaço de enunciação do Português Brasileiro. É nesse espaço de enunciação que o nome do quilombo Bacabal é dito, passando a dar existência ao Festejo de São Benedito.

5 COMUNIDADE QUILOMBOLA BACABAL

A comunidade quilombola de Bacabal está localizada na cidade de Anajatuba – MA, entre as localidades: Cumbi, Centro do Isidório, São Pedro e Fomento. Sua formação em documentos oficiais consta a partir de 1855, conforme descrito no *Anexo – A*, documento disponível no Arquivo Público do Maranhão. No *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (1870), é dito que na década de 1870 a comunidade de Bacabal contava com 30 casas, e sua localização se dava no centro entre as cidades de Anajatuba e Itapecuru. Bacabal ainda não recebeu reconhecimento de comunidade remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, possuindo apenas autodeclaração de comunidade quilombola reconhecida pelo Governo do Estado do Maranhão. Neste capítulo, apresentamos como material de análise os recortes das transcrições escritas das rodas de conversa e do Relato Histórico da comunidade. Também usamos o dicionário, mas como material de suporte.

5.1 Designação: *Sítio de Bacabal x Bacabal x Bacabalzinho*

Para análise da designação do nome Bacabal e do seu referente, usamos recortes das transcrições escritas das rodas de conversa feitas na comunidade Bacabal. Os dizeres dos recortes são de duas mulheres e um homem, ambos nativos da comunidade. Como forma de preservarmos a identidade dessas pessoas, usamos uma letra acompanhada de um número para nos referirmos ao participante da roda de conversa. A letra *B* é usada para indicar a inicial da comunidade, o número que a acompanha, a idade do participante da roda de conversa.

Nesse recorte temos a participação de BM71, com ensino fundamental incompleto, já integrou a coordenação da associação de moradores de Bacabal, fez parte do grupo que fundou a cooperativa da comunidade, atualmente é aposentado e exerce atividades na agricultura. BF45 e BF47 possuem Ensino Superior em Pedagogia, são professoras da Educação Básica da comunidade de Bacabal

Iniciamos a conversa com a apresentação de cada participante falando um pouco da sua história na comunidade. Aproveitando essa parte da conversa, perguntamos se os participantes conheciam a história de formação da comunidade de Bacabal, e a partir das suas respostas perguntamos o porquê da comunidade ser chamada de Bacabal. Vale destacar que não usaremos toda a transcrição das rodas de conversas, apenas recortes que venham responder aos objetivos propostos desta pesquisa.

BM71: Eu acredito que é Bacabal, porque quando eu nasci tinha muita bacaba¹⁵, hoje não existe mais. Existe um pé ali só para tirar foto. Por isso que é Bacabal.

BF45: E a minha mãe, lá na rua onde a gente mora, que uma vez assim eu tive curiosidade de perguntar por que Bacabal, ela disse: minha filha é quando eles chegaram ainda era mato, mato, só aqueles matos. Aí ela diz que era pela grande quantidade de bacaba que tinha, e aí eles foram cada um procurando seu lugarzinho, seu pedacinho de terra, construindo.

BF47: Eu creio que ela foi desmatada até para fazer quinta, porque nunca foi encontrado um pé de bacaba aqui, mais que a história que o nome Bacabal porque tinha muitas bacabas aqui. Várias pessoas falando.

O relato de BM71 diz que o nome *Bacabal* pode estar associado à abundância de bacabas na região, uma ideia compartilhada por BF45, que fala apoiada no dizer de sua mãe para validar sua afirmação. Por outro lado, BF47, por ser mais jovem que BM71, não testemunhou os pés de bacaba na comunidade, devido ao desmatamento ocorrido com o desenvolvimento da área. A partir dessas observações, percebe-se que, embora *Bacabal* seja o nome de uma comunidade quilombola, sua designação faz referência à natureza, em particular a uma fruta. Essa prática de nomear lugares com elementos da natureza, nomes de frutas ou árvores, rememora no imaginário social, aqui no Brasil, o que é conhecido como tradições indígenas de nomeação de lugares.

A cena enunciativa da designação de *Bacabal* é dada no espaço de enunciação da Língua Portuguesa ocupada por indígenas, africanos e colonizadores. Se tomarmos o nome *Bacabal*, veremos que ele está predicado por enunciados que significam a abundância de bacabas, por um lado, e desmatamento, por outro lado. A referência ao desmatamento rememora o sentido de colonização ou até mesmo de atividades agrícolas mal orientadas, tendo em vista que é uma prática comum as queimadas na zona rural como uma das etapas de preparo do solo para a plantação.

Para o nome próprio *Bacabal* não foi recortado como memorável o nome de um latifundiário, santo, prefeito, governador, ou tampouco de um líder quilombola, de um dos fundadores do quilombo, mas a abundância de pés de bacaba. Temos uma fruta, bacaba, que deixa de ocupar o lugar comum e passa a designar uma comunidade quilombola. Essa prática de nomear localidades com base em frutas não é única, sendo comum em outras comunidades anajatubenses, Bacabeira, Coco, Baunilha, Cupaúba; e cidades maranhenses, Açailândia,

¹⁵ Nome de uma palmeira natural da Amazônia. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/BACABA/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

Axixá, Bacabeira, Bacuri, Bacurituba, Buriti e Pinheiro. Faz parte, assim, de uma memória de nomeação que toma como inspiração a natureza do lugar.

Sobre a formação do nome *Bacab + al*, no Dicionário Michaelis Online consta que *bacaba*, palavra que provém do tupi *ywa-káwa*, nome de palmeira nativa da Amazônia. Para o sufixo *-al*, Cunha e Cintra (2017) destacam três sentidos, entre eles a noção de quantidade e coletividade. Desse modo, temos Bacabal que pode ser parafraseado como aglomeração de pés da palmeira de bacaba, o que indica a presença de bacabas no início da formação do lugar.

Seguindo com a análise, passamos para o que consta no Relato Histórico da comunidade (2023). Nesse documento consta que o nome (2023, p. 2): “Bacabal é chamada até hoje por alguns idosos como Sítio de Bacabal, por causa do histórico de fazendas de criação de gado de corte, que era vendido principalmente para a capital, São Luís”. Esse recorte do Relato Histórico rememora o período em que a pecuária era uma das atividades predominantes na região. Conforme observado por Cabral (1992), a fazenda de gado foi um dos fatores que contribuiu no processo de povoamento. No início da colonização, a população não escravizada dependia em grande parte das atividades desenvolvidas nessas fazendas.

A partir do que consta no Relato Histórico de Bacabal (2023), temos a passagem de *Sítio de Bacabal* para *Bacabal*. A rememoração da grande quantidade das palmeiras de bacaba na comunidade quilombola apaga os sentidos que traziam a palavra *sítio*, que recortava como memorável um lugar de criação de animais. Desse modo, temos destaque a uma planta da região.

Além dos nomes *Sítio do Bacabal* e *Bacabal*, temos *Bacabalzinho*. Para alguns moradores o sufixo *-zinho* pode despertar sentimentalismo, enquanto para outros o diminutivo pode dar ideia de desprezo, negativa ou ser usado para diferenciar de outra localidade, a cidade de Bacabal. Esses sentidos opostos podem ser identificados nos seguintes recortes da transcrição da roda de conversa realizada na comunidade de Bacabal. Nesse trecho, contamos com a participação de BF20, foi integrante de grupo de danças do tambor de crioula e da Pastoral da juventude. Atualmente é vestibulanda.

A comunidade já teve outro nome antes ou sempre chamaram Bacabal?

BM71b: Sempre foi Bacabal. Nunca mudou. Só mudou agora porque fizeram a estrada e colocaram Bacabalzinho, coisa que eu odeio. Fizeram a estrada e colocaram Bacabalzinho, mas não gosto desse *zinho*.

BF20: Pra mim o nome Bacabalzinho desperta carinho com a nossa comunidade.

BM73: Em todo documento é Bacabal. Na conta de luz é Bacabal.

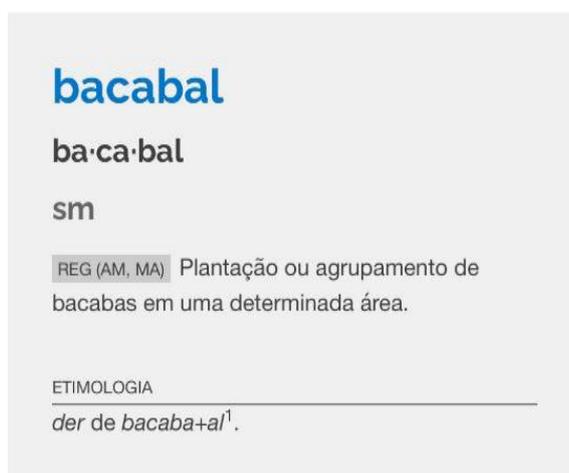
BF20: Para mim, acho que o *zinho* foi adicionado para diferenciar a comunidade da cidade de Bacabal. Iria causar problemas, por conta de os nomes serem iguais e serem de lugares que estão no Maranhão.

O sufixo *-inho*, no nome *Bacabalzinho*, de imediato produz sentido diminutivo, além de apresentar uma forma derivada. No dizer de BM71, o uso do *-inho* passa a ter sentido depreciativo sobre a sua comunidade. Para BF20, esse sufixo é uma forma de demonstrar carinho, familiaridade e apego com seu lugar. De forma complementar, B20 diz que é uma forma de diferenciar a comunidade da cidade de Bacabal.

Para BM73, morador da comunidade, o nome Bacabal é oficial, isso pode ser afirmado por meio do trecho “*Em todo documento é Bacabal. Na conta de luz é Bacabal*”. Diante da questão oficial e não oficial, nos chamou atenção a placa de inauguração da casa de farinha, em que está escrito “*Casa de Farinha da Comunidade de Bacabalzinho*”, inaugurada em 93 sob a gestão do prefeito Ademir Duarte, conforme é apresentado no *Anexo – D*. Desse modo, o nome *Bacabalzinho* está presente tanto no oficial quanto no não oficial. A memória do nome que circula socialmente é ratificada pelo instrumento oficial - a placa da casa de farinha da comunidade.

Retornando para análise do nome Bacabal, um outro olhar pode ser dado, vejamos o que consta no verbete do nome *bacabal* no Michaelis On-Line:

Figura 6- Verbetes do nome Bacabal



Fonte: Michaelis On-Line, 2023.

Nesse verbete, é apresentada uma definição do nome *bacabal* que também o relaciona à natureza, ou melhor, à flora. A partir do que é dito na etimologia, buscamos a origem do nome *bacaba*, e encontramos que *o nome bacaba* é de origem tupi *ywa-káwa*. Nesse sentido, a origem deste nome sublinha a influência das línguas indígenas na nomeação da comunidade.

5.2 Bacabal: designação construída pela história de todos

Durante as rodas de conversas sobre a nomeação da comunidade Bacabal, vários assuntos surgiram, entre eles o racismo sofrido pelos moradores da comunidade de Bacabal. Desse modo, revisitamos o passado por meio dos dizeres de BM71, BM73, BF71. A partir disso, vamos tomar esse recorte da roda de conversa realizada na comunidade quilombola Bacabal, que aborda a restrição dos negros ao Baile de Primeira, festa organizada por homens brancos.

BM71: Zezé, nós se entendemo aqui. *Aqui não tinha 30 casa.* Isso era um matagal todo aí. Não tinha trinta casa. Era uma discriminação das piores. Hoje eu vejo esse negócio de racismo, hoje sim eu tô entendendo o que é racismo, mas isso vem lá de baixo. *Nós não podia olhar aqui o baile de primeira, porque era baile de primeira e de segunda.* Era uma discriminação horrorosa e tu não podia ir olhar que te cospiam, te coisava pra tu ir pra lá. Quando não era na casa de Pipirão, era na casa de Quaresma. Aí meu tio foi pra Embaúba, nós era garoto já de 10, 11 anos. Agora a gente não podia nem olhar. Nem na janela.

BM73: Nós preto.

BF71a: Nós preto.

BM73: Nêgo não era pra entrar lá.

BF71: *E os pais da gente ainda diziam não vão pra lá, e nêgo não ia mesmo.*

BM71: Era... Minha mãe dizia: Tu não vai olhar festa da casa de João Quaresma. Não vai nem olhar.¹⁶

Esse trecho da conversa é um recorte da parte em que os participantes da roda contam histórias sobre como era inicialmente a comunidade, relembando suas histórias e daqueles que faziam parte da comunidade. Os moradores BM71 e BM73 são pais, lavradores e possuem baixa escolaridade. BF71 trabalhou como doméstica desde jovem e atuou como operadora de serviços gerais em uma das escolas da comunidade.

BM71 inicia com a descrição da comunidade *aqui não tinha trinta casa*, e em seguida retrata a proibição de participar do *Baile de Primeira*. Também cita o nome de uma comunidade localizada nas proximidades de Bacabal, *Embaúba*. No dizer de BF71, é visto as condições que as crianças negras eram colocadas, juntamente com os adultos, de não participar da festividade *E os pais da gente ainda diziam “não vão pra lá”, e nêgo não ia*. Esse trecho,

¹⁶ Há nesse recorte formas consideradas iletradas pela normatividade, como *nós se entendemo*, entre outros elementos. Esse imaginário de erro é construído a partir da norma linguística ensinada nas escolas, o que historicamente marginaliza aqueles que não têm acesso à educação formal, ou são de famílias que não puderam frequentar a escola. A língua não é, então, construída socialmente como um pertencimento do povo, e sim dos que têm acesso à norma.

reproduz o discurso racista dos organizadores da festa. Desse modo, Bacabal rememora o local em que aconteciam festas para pretos e para brancos. São questões sociais assim que podem não estar presentes na formação do nome, na sua renomeação, mas que são guardadas por ele.

6 COMUNIDADE QUILOMBOLA PEDRINHAS

A comunidade quilombola maranhense Pedrinhas está localizada na cidade de Anajatuba entre as comunidades de Canta Galo, Bacabeira, Queluz, Roncador e Baunilha. Recebeu o título de Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) em 2014 pela Fundação Cultural Palmares (FCP)¹⁷. De acordo com documento encontrado no Arquivo Público do Maranhão, o seu surgimento em documentos oficiais deu-se em 1855, como segue no *Anexo - C*. Neste capítulo, usamos recortes das transcrições escritas das rodas de conversa e trechos retirados do Relato Histórico da Comunidade para análise da designação do nome Pedrinhas e dos sentidos do referente.

6.1 Designação: Olhos D'água X Pedrinhas X Clube de Mães Lar de Maria

Para analisarmos a designação do nome Pedrinhas, apresentamos de forma inicial recortes das transcrições escritas das rodas de conversa realizadas na comunidade. Nesses recortes, os dizeres são de três mulheres nascidas e criadas em Pedrinhas. PF60 já esteve como presidenta do Clube de Mães¹⁸ Lar de Maria, foi a primeira mulher a estar como presidenta do Sindicato da cidade de Itapecuru, além disso ocupou o cargo de secretária da mulher nesta cidade em 2010. Atualmente, dedica-se à agricultura familiar. PF72 é produtora rural e membro do grupo das quebradeiras de coco. PF82 já foi parteira na comunidade, também integra o grupo das quebradeiras de coco. Assim como nas análises anteriores, nesta análise também levamos em consideração o que diz Elias de Oliveira (2015, p. 217) de que “um nome é uma construção simbólica”, carregado de sentidos.

Vale destacar que esse recorte:

Aqui o nome da comunidade é só Pedrinhas?

PF72 - Pedrinhas Clube de Mães.

A senhora sabe dizer quem colocou esse nome de Pedrinhas?

PF72 - Oia, esse aí eu não sei bem, porque foi um pessoal que veio de fora, aí moraram depois da ferrovia que tinha um garapezinho que tinha muita pedra. Aí colocaram o nome de Garapé das Pedrinhas, aí ficou Pedrinhas.

Tem alguém que ainda chama Garapé das Pedrinhas?

PF72 - Só aqueles que ainda sabe que o nome era assim, *mas foi por esse pessoal que veio de fora e moraram lá.*¹⁹

¹⁷ Informação disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/09/2014&jornal=1&pagina=21&totalArquivos=148>. Acesso em: 20 fev. 2024

¹⁸ Grupo de mulheres quilombolas que exercem atividades de forma coletiva.

¹⁹ Recorte da roda de conversa realizada em Pedrinhas no dia 15/08/2023.

Vamos começar.

PF85 - Eu nasci e me criei aqui, aqui é *Olho d'água*, mas colocaram *Pedrinhas*, viu. Aí, aqui o nome antigo aqui é *Olho d'água*. E aí tiraram *Olho d'água* e deixaram *Pedrinha*. Botaram *Pedrinha*. Meu pai nasceu e se criou aqui, meus avós, minhas tataravós são quilombola velho, descendente de escravo, eu sou da descendência dos escravos. Meu pai era tataraneto de escravo, viu. O bisavô dele era escravo velho, foi amarrado no tronco, viu. De lá pra cá vem rolando viu nessa comunidade²⁰.

Uma dúvida que eu tenho é sobre o nome da comunidade. É só Pedrinhas ou é Clube de Mães Lar de Maria?

PF60 - Na verdade o nome da comunidade é *Pedrinhas*, só que em termos oficiais assim legalmente pra questão de projetos é *Pedrinhas Clube de Mães*, porque tem uma outra *Pedrinhas* do lado de lá, do lado de lá da ferrovia.

PF60- Pronto. Aqui era só um povoado só, aí quando passou a ferrovia dividiram aí ficou uma parte pra lá e outra pra cá. Lá é *Pedrinhas* e aqui também é *Pedrinhas*, aí pra essa questão de projetos, pra essas coisas a gente sempre coloca *Pedrinhas Clube de Mães*. Mas, o nome mesmo é *Pedrinhas*. [...] Mas, a terra, a documentação legalmente lá dos antepassados é *Anajatuba*²¹.

A partir desses recortes, podemos conhecer histórias do nome *Pedrinhas*, que, pelo dizer de PF85, antes era nomeada por *Olho d'água*. A enunciação de PF60, PF72 e PF82 apresenta um Locutor que enuncia do lugar de x, o lugar social de dizer do locutor-nativo, aquele que fala a partir do que ouviu das pessoas mais velhas da comunidade. Falam de um lugar que está autorizado, pois possuem um percurso dentro da comunidade, ocupando espaço do locutor-nativo, aquele que tem o direito de falar sobre o seu lugar.

No dizer de PF72, percebemos que é a partir de aspectos da natureza, como o *Igarapé de pedras pequenas*, que vem a designação do lugar. A denominação o *pessoal que veio de fora* nos leva ao período da colonização e aos exploradores que chegaram à região. Expressões como *este é o lugar onde há olhos d'água* ou *este é o lugar do igarapé de pedras pequenas* são possíveis na história do local. Os moradores – exploradores que nomearam a comunidade como *Olho d'água* significaram as nascentes de água, enquanto aqueles moradores de outros tempos, que dera o nome *Pedrinhas*, significaram o *igarapé de pedras pequenas*, a partir daquilo que ele representava.

²⁰ Recorte da roda de conversa realizada em *Pedrinhas* no dia 15/08/2023.

²¹ Recorte da roda de conversa realizada em *Pedrinhas* no dia 21/08/2023.

No recorte de PF60, notamos a interferência do Programa Grande Carajás da Companhia Vale do Rio Doce²², criado no início de 1980 para explorar minérios, na nomeação do local. A implementação desse projeto resultou na construção da estrada de ferro que abrange diversas cidades maranhenses, entre elas Anajatuba, por onde passam os vagões de minério. Esse projeto teve como resultado a ferrovia, a que passa pela comunidade de *Pedrinhas*. Essa ferrovia dividiu *Pedrinhas*, tendo *Pedrinhas* e *Pedrinhas Clube de Mães*. O enunciado de PF60 significa que o acréscimo de *Clube de Mães* ocorreu por questões administrativas, tendo em vista o interesse por projetos específicos financiados pela Vale, dentre eles destacamos a construção da Casa de Farinha Pão da Roça (ver Figura 7).

Figura 7 - Placa da Casa de Farinha de Pedrinhas



Fonte: Acervo da autora, 2023.

A placa indica que a comunidade passou por um processo de delimitação do território, pois estabeleceu vínculo administrativo com a cidade de Itapecuru – Mirim. Uma comunidade conhecida pelos abundantes *olhos d'água*, *garapé de pedras pequenas*, agora passa a ser conhecida também pelo *Clube de Mães Lar de Maria*. Tudo isso faz parte do memorável do acontecimento que nomeia a comunidade como *Pedrinhas Clube de Mães Lar de Maria*. Esse percurso marca a história de enunciações com a presença de (re) nomeações: *Olho d'água*, *Igarapé das Pedrinhas*, *Pedrinhas* e *Pedrinhas Clube de Mães*, mostrando que a partir dessas renomeações outras histórias passam a ser recortadas como memorável. Desse modo, as renomeações *Olho d'água*, *Igarapé* e *Pedrinhas* produzem sentidos que fazem referência ao ambiente do campo e *Clube de Mães* instala sentidos de liderança feminina, atravessando, contraditoriamente, pelo discurso patriarcal que significa as mulheres líderes como mães.

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/comunidades-do-ma-relatam-os-conflitos-com-a-chegada-da-estrada-de-ferro-carajas.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Para analisarmos o nome Pedrinhas nos acontecimentos de linguagem, além dos recortes das rodas de conversa, consideramos o trecho do Relato Histórico da Comunidade e tomamos como suporte o dicionário. A seguir, apresentamos um trecho do Relato Histórico em que consta a designação *Pedrinhas*.

O senhor Anízio Fonseca dono da Fazenda Fortaleza tem um caso amoroso com sua escrava. O contexto social da época não permitia que isso pudesse acontecer, então, o proprietário da fazenda e dono dos escravos escondeu sua escrava da sociedade e fez uma casa para ela retirada da fazenda. A poucos metros da fazenda Maria Sena e sua filha passaram a morar nesta casa feita pelo seu senhor próximo do Igarapé que ficava dentro de sua propriedade (local que foi denominado pelos primeiros moradores como Pedra Miúda). Ao passar o tempo, A Fazenda Fortaleza caiu em decadência chegando à falência total, restando apenas as terras e muitos pretendentes. Teodora (filha do proprietário da fazenda) casou-se com Antônio Raimundo Fonseca, tendo muitos filhos. Estes se juntaram com a família Vieira que também era descendentes de escravos da Fazenda Fortaleza, formando um núcleo familiar próximo ao Igarapé das Pedrinhas. (Relato Histórico da Comunidade Remanescente Quilombola de Pedrinhas, 2014, p. 05)

A partir desse recorte, identificamos no acontecimento da linguagem do Relato Histórico o primeiro nome *Pedra Miúda* e, em seguida, *Igarapé das Pedrinhas*. Essa mudança de nome, marcada pela relação entre Anízio Fonseca e sua escrava, e pelas mudanças na Fazenda Fortaleza, contribuiu para o nome atual *Pedrinhas*. Mais uma vez, o nome que analisamos tem relação com a luta entre escravizadores e escravizados, com as contradições nas relações desiguais entre eles, como o homem branco fazendeiro poderoso que tem relações sexuais com uma escrava, a quem dá uma fazenda isolada daquela em que vive, para que a relação entre eles não seja facilmente identificável.

Para Guimarães (2003, p. 54) “[...] um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte”. O processo de designação da comunidade *Pedrinhas* apaga um passado de enunciações rememorado nas enunciações que trouxemos para o corpus. Enunciações de um local de fontes de águas naturais, de um igarapé de pedras pequenas, do abuso de poder entre senhores e escravizados, visto por meio da gravidez de Maria Sena, e de organização política vista através do Clube de Mães Lar de Maria. Essas nomeações escrevem a história da comunidade e da sua cidade.

Orlandi (1942, p. 75) diz que o silêncio constitutivo “é o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar”. A partir disso, percebemos que para além das rememorações da natureza, há sentidos de racismo, patriarcado, escravização que são

apagados nos nomes, e rememorados nas enunciações sobre os nomes e os lugares referidos por eles.

6.2 Pedrinhas Clube de Mães Lar de Maria

O nome *Pedrinhas Clube de Mães Lar de Maria* faz parte da história de nomeações da comunidade Pedrinhas, por isso acreditamos que seja importante trazer a sua história neste trabalho. Desse modo, vamos apresentar recortes das transcrições das rodas de conversa que destacam a luta política que as mulheres, de Pedrinhas, travaram para conquistar seu espaço.

Durante uma das noites de orações do mês mariano, realizada pela Igreja Católica na comunidade de Pedrinhas, as mulheres firmaram um acordo solidário: toda vez que uma mulher gerasse um bebê, cada uma se comprometeria a contribuir com 1 kg de alimento e auxiliar nas tarefas domésticas, como lavar as roupas do bebê e preparar a comida da casa. Sobre esse acordo, PF60 nos conta que: “a gente teve essa ideia por conta do Dia das Mães e foi, assim, muito interessante porque a partir daí a gente conseguiu se organizar na comunidade”. Essa colaboração ganhou impulso e evoluiu para a realização de mutirões de construção de casas. Naquela época, a maioria das residências da comunidade era construída com taipa²³ e coberta com palha²⁴. Cada família assumiu a responsabilidade de fornecer feixes de palha, conforme o tamanho da casa.

A partir desse dia, o Clube de Mães Lar de Maria foi fundado no ano de 1989, inicialmente reunindo 20 mulheres. Sua criação surgiu da urgência em gerar renda, visando proporcionar autonomia financeira às mulheres da comunidade de Pedrinhas, para que não dependessem do cônjuge. Nesse clube, as mulheres se organizam em grupo para coletar coco babaçu, fruto utilizado para produção de biscoitos, bolos, cafés e sorvetes.

Seguindo para o recorte das transcrições escritas das rodas de conversa, destacamos o que foi dito por PF60. Nesse trecho, o dizer de P60 se dá a partir do lugar social de moradora da comunidade quilombola Pedrinhas, representando as mulheres quilombolas da comunidade. Estar como presidente do sindicato da cidade de Itapecuru na secretaria da mulher do referido

²³ Processo de construção que utiliza no levantamento das paredes arcabouço de varas amarradas ou pregadas em esteios, formando um gradeado, cujos espaços são preenchidos com barro amassado ou com uma argamassa, feita de cal e areia. Informações disponíveis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/taipa/>. Acesso: 08 de julho de 2024.

²⁴ Haste desidratada das gramíneas utilizada no âmbito industrial, em artesanato ou como forragem animal. Informações disponíveis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/palha/>. Acesso: 08 de julho de 2024.

município, quebra rótulos tradicionais de que há cargos para mulheres e para homens ou de que “só homem podia”.

Eu tive a felicidade de ser a primeira mulher presidente do Sindicato de Itapecuru, fui a primeira mulher a ganhar uma eleição do sindicato e quebrar esse tabu de que só homem podia. E assim, foi uma experiência bem interessante na época, assim, era pouco assim aquela coisa meio que estranha, *mulher não pode*. Isso foi uma experiência muito importante para o nosso movimento e depois também eu fui ser secretária da mulher no município em 2010. Aí também a gente fortaleceu muito mais o movimento das mulheres no município buscando capacitação, que a mulher se enxergasse como mulher, como a garantia de direitos, que ela tinha esses direitos e tudo pra ir buscar esses direitos e, também a questão da geração de renda. A questão da renda, que a mulher pudesse ter sua própria renda, além da autoestima.

Quando PF60 diz *mulher não pode*, ela rememora um enunciado típico de um discurso machista que circulava na sua comunidade e ainda circula em nossa sociedade, mesmo com avanços nas leis trabalhistas, como a Legislação de Igualdade Salarial²⁵ que somente em 2023 vem para estabelecer a igualdade salarial entre gêneros, o que ainda é uma luta em certas instâncias de poder.

Quando se tem dizeres como esse, deduz-se que para a mulher cabem apenas as responsabilidades de cuidar das crianças, pessoas idosas da família, dos doentes e serviços da casa; essas responsabilidades não são consideradas como trabalho formal e nem remuneradas. São dizeres como esse que encontram apoio nas vozes daqueles que defendem o modelo machista tradicional. Ocupar cargos de liderança gerou impactos positivos na comunidade, contribuindo para a mudança de atitudes, para busca de direitos e geração de renda. Com a organização das mulheres de Pedrinhas a agroindústria saiu do papel, e possibilitou a cada uma geração de renda, que contribui para a independência financeira.

6.3 Pedrinhas é meu lugar

PF39: *Pedrinhas é meu lugar de origem*, meu chão. Onde meus pais criaram forças para nos criar, nós éramos 11 onze irmãos e hoje em dia somos só seis, cinco Deus levou. E é isso que significa para mim, meu lugar de origem, meu chão, Pedrinhas²⁶

PF60: Assim, é minha comunidade, tenho meus filhos e um carinho muito grande, porque a gente nasceu e se criou praticamente aqui, então

²⁵ A Legislação de Igualdade Salarial está disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114611.htm. Acesso em: 3 mar. 2024

²⁶ Recorte da roda de conversa realizada em Pedrinhas no dia 15 de agosto de 2023

é aqui que a gente tem nossos amigos, é aqui que a gente tem nossos parentes, aqui é o ambiente que a gente se dar bem, que a gente gosta. Pode até que um dia a gente saia daqui, porque o destino da vida da gente a gente não sabe o amanhã, mas eu gosto muito da minha comunidade²⁷.

PF72: *Pedrinhas* significa para nós uma coisa importante. Nós vive aqui, mora aqui, né. Nascemos e se criamos aqui com o nome de Pedrinhas. Pra mim significa muita coisa.

Porque a pessoa tem seu lugar, vive aqui. Ele tem que dar valor a comunidade, né. Tem que dar valor à comunidade, dar valor aos companheiros, respeitar, respeito em todo caso. Pra mim, *Pedrinhas* é pra mim uma coisa que eu gosto muito e gosto muito. Daqui é só para o cemitério.

Orlandi (1999, p. 18) diz que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”. Tomando como base o que diz Orlandi, vamos analisar o que *Pedrinhas* significa para PF39, PF60 e PF72. Nesses recortes o contexto é as rodas de conversa da comunidade quilombola *Pedrinhas*.

A partir da leitura desses recortes das transcrições escritas das rodas de conversas, percebemos que cada um traz consigo uma memória que tem significado através das experiências pessoais, o que contribui para a ideia de pertencimento a sua comunidade. Em PF39, há lembranças da sua formação familiar, da luta dos pais diante condições não favoráveis de trabalho para a criação dos filhos, da perda de irmãos. Todas essas experiências contribuem para que o nome *Pedrinhas* evoque em PF39 um vínculo emocional. Se tomado como metáfora, *meu chão* passa a dar ideia de apoio ou base, assim como a ideia de que PF39 quer passar.

A partir de suas vivências, cada um significa *Pedrinhas* de sua maneira. Com PF60 não foi diferente, para ela evoca laços de amizade, familiares e momentos felizes. Isso demonstra a construção de memórias que foram importantes ao decorrer da sua vida como moradora da comunidade. Para PF72 traz a ideia de valorização da comunidade, da irmandade, além de retomar o nome oficial da comunidade *Pedrinhas*. Ao falar sobre isso, PF72 nos faz compreender que não nasceu na época que era *Igarapé das Pedras Miúdas* ou *Olho D'água*, mas quando a comunidade já era nomeada por *Pedrinhas*. Diferente de PF60 que fala sobre a possibilidade de mudança, PF72 demonstra um vínculo forte com o seu lugar.

²⁷ Recorte da roda de conversa realizada em *Pedrinhas* no dia 21 de agosto de 2023.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer desta pesquisa, buscamos compreender os sentidos produzidos sobre duas comunidades quilombolas maranhenses da cidade de Anajatuba, Pedrinhas e Bacabal, em dizeres da história oficial e de habitantes em rodas de conversas sobre os nomes, os lugares e sobre si mesmos. Para isso, investigamos narrativas oficiais e não oficiais acerca da motivação dos nomes destas comunidades. Desse modo, pensamos nestas designações atravessadas de sentidos culturais, sociais e históricos na formação da identidade da cidade.

Tendo como aporte teórico a Semântica do Acontecimento (Guimarães, 1995, 2002, entre outros), que estabelece um diálogo com a Análise de Discurso materialista (Pêcheux, 1975; Orlandi, 1992, entre outros), pesquisamos um *corpus* variado, constituído por mapa das comunidades quilombolas de Anajatuba, transcrição das gravações de rodas de conversas realizadas em Bacabal e Pedrinhas, Relatos Históricos, documentos disponibilizados pelos presidentes da Associação de Moradores, a fim de compreendermos sentidos em circulação nos dizeres de habitantes do local.

Como discutido nas análises, o processo de designação das comunidades, muitas vezes, apaga um passado de enunciações que são rememoradas nas narrativas do nosso corpus. Sobre a designação Pedrinhas e seus referentes, as narrativas revelaram locais de fontes de águas, igarapés de pedras pequenas, questões de poder e resistência, como são apresentados na história de Maria Sena e na organização política que tem como representantes o Clube de Mães Lar de Maria.

Nas narrativas sobre o nome Bacabal e seus referentes, encontramos menções à abundância de palmeiras de bacaba, que a partir do desmatamento deixou apenas um pé dessa planta na comunidade. Além disso, notamos sentidos de afeto e familiaridade expressos pelo nome Bacabalzinho, e questões de racismo, visto pelo Baile de Primeira, que era restrito apenas a pessoas brancas.

Estudar os nomes de comunidades quilombolas da cidade de Anajatuba, do ponto de vista teórico da Semântica do Acontecimento, nos fez olhar para os nomes e pensar em seus sentidos sob perspectiva social, cultural e política, em um movimento de memoráveis e deixando de lado a visão do nome como classificação ou rótulo. Desse modo, nesses dizeres, percebemos o sentido de coletividade se inscrevendo nos modos de significação dos nomes de lugares que ainda continuam lutando pela liberdade e igualdade, como nos mostra a canção o *Eldorado Negro*, autoria de Gilberto Gil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Quilombos Maranhenses. *In*: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **De caboclos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 - 1850. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2015.

ANDRADE, Maria Ribamar Lopes dos Santos. **Comunidades remanescentes quilombolas de Anajatuba - MA**: um estudo da microtoponímia. 2021. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitorias. Brasília, DF: [Diário Oficial da União de 21/11/2003]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/406577/publicacao/15686405> Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/publicacoes/guia-pcts.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CABRAL, Maria do Socorro. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDOSO, Manoel Frazão. **O Maranhão por dentro**. São Luís: LITHOGRAF, 2001.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1958. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5: Brasiliana, v. 302). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/75/1/302%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 6. ed. Belo Horizonte, MG; São Paulo, SP: Editora Itatiaia: Edusp, 1988.

COMUNIDADE, quilombola Bacabal do município de Anajatuba. **Histórico da Comunidade Quilombola de Bacabal, em Anajatuba – MA**. Anajatuba, 2023.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Ants: um gesto de nomeação (Ants: un geste de nomination). **Estudos da Língua (gem)**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 213-227, 2015.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. **Igreja Universal do Reino de Deus: uma análise de argumentação em perspectiva discursiva**. 1998. 115f. Dissertação (Mestrado em) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1586244>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 34, jul./dez., p. 41-53, Campinas, SP. 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo2.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão. Outros tempos. **Pesquisa em Foco-História**, São Luís, v. 8, n. 11, 2011. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/70. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda Brasileira).

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e acontecimento. **Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2020. DOI: 10.30681/2594.9063.2019v3n2id4361. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/tracos/article/view/4361>. Acesso em: 28 dez. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um escrito político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, v. 26, p. 53-62, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. História, sujeito, enunciação. **Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas**, Campinas, v. 35, p. 109-116, jul/dez, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637132/4854>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002. Edição original: 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Nomes de Cidade: modos de significar. In: **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase II)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.

GUIMARÃES, Eduardo. Terras de Vera Cruz, Brasil. In: KARIM, Renzo, Bressani (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso – (Fase I)**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: mapas. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html>. Acesso: 10 jan. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: indicadores. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>. Acesso: Acesso: 10 jan. 2024.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do Município: um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **PROLÍNGUA**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13403>. Acesso em: 11 fev. 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, [s.l.], v. 4, n. 2), p. 333-354, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>. Acesso em: 11 fev. 2024.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Dicionário da história social do samba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1942.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Typ do Frias, 1870. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>. Acesso em: 21 fev. 2024.

MATOS, Heloisa Reis Curvelo. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8930>. Acesso em: 20 fev.2024.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1986.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3. Ed. Editora Ática: São Paulo.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Introdução. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum linguístico**, v. 1, n. 1, p. 73-81, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas. Editora da Unicamp, 1942.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso e procedimentos**. 12 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso. *In*: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às Ciências da Linguagem**: Discurso e Textualidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n.1, p. 73-81, jul-dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915/6378>. Acesso em: 9 fev. 2023.

PAIVA, Valdir. **Histórico da Comunidade Remanescente Quilombola de Pedrinhas. Comunidade Pedrinhas – Anajatuba**, 2014, 30 p.

PÊCHEUX, Michael. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1969.

PÊCHEUX, Michael; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1969a. p. 163-252.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. 2005. 251 f. Tese(Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas - Departamento de História, Unicamp, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/335419>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RÊGO, Mauro. **Santa Maria de Anajatuba**. São Luís: Lithograf, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Débora. **Quilombo**. Dicionário online de português, [2009]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/quilombo/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SANTOS, Jorge Viana. **Liberdade na escravidão**: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2008.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

UNIÃO das comunidades quilombolas de Anajatuba (Maranhão). **Boletim Informativo. Megaprojetos em implementação na Amazônia e impactos na sociedade e na natureza-PNCSA/PPGCSPA-UEMA**, Anajatuba, n 12, set. 2022. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/boletim-12-uniao-das-comunidades-quilombolas-de-anajatuba-uniquituba/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ZATTAR, Neuza. Cáceres – Nome Luso que Movimenta Presente e Passado. In: GUIMARÃES, Eduardo *et al.* **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras**: Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso – (Fase I). 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graziela; OLIVEIRA, Sheila Elias de. Tá serto! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. **Linha D'Água**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 123-155, 2016. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v29i2p123-155. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/120001>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE BACABAL.


ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA IGUALDADE RACIAL - SEIR
(Criada pela Lei Decreto Estadual de nº 22.900/2007, regulamentando o art. 70 da Lei 8559/2006)

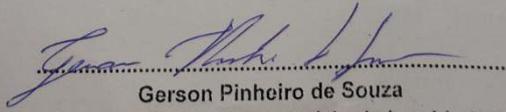
CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

Nº 00147/2022

O **Secretário de Estado Extraordinário da Igualdade Racial**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.5º da Portaria Conjunta nº 04/2021 – SEIR-SEDIHPOP, de 03 de agosto de 2021 e em cumprimento ao §1º, do artigo 6º, da Instrução Normativa – SAF de nº 01, de 28 de março de 2018, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que tratam o art. 229 da Constituição do Estado do Maranhão, a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, o Decreto Estadual nº 32.433, de 23 de novembro de 2016, bem como o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169-OIT, ratificada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Secretaria nº 0146/2022. **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE BACABAL**, localizada no município de **ANAJATUBA-MA**, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 01, Registro nº 147, fls. 155, nos termos da Portaria supramencionada e da Portaria em conjunto SEIR-SEDIHPOP de nº 05, de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado ano CXXVI, nº 213 de 21 de novembro de 2022, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS**.

Eu, **Wilma Maria Martins Pereira**,
 Coordenadora da Comissão de Certificação do Estado do Maranhão, a lavrei e extraí. São Luís - MA, 21 de novembro de 2022.

O referido é verdade e dou fé.


Gerson Pinheiro de Souza
Secretário de Estado Extraordinário da Igualdade Racial

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE TERRAS DE BACABAL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
End.: Rua de Nazaré, 218 – Centro – São Luís
CEP: 65.010-410 – Fone: (98) 3218-9927 / 9928 / 9929

DECLARAÇÃO

Nº 001/2024

Declaro que revendo o livro da série Registros de Terras do Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM, consta no livro nº 3.007 (1855-1857), *antigo Livro nº 13 do ITERMA*. o registro número 19, à folha 6v, com o seguinte teor e grafia: ***“Registro de duas posses de terra na paragem denominada Bacabal, pertencente a Francisca Higina dos Santos. Nº 19 Francisca Higina dos Santos, é senhora possuidora de huma porção de terras de lavrar, sitas no termo desta Freguesia de Santa Maria de Anajatuba com ceenta e duas braças e meia de frente e huma legoa de fundo, e como não estão demarcadas deixa de fazer declaração com quem são místicas, por se achar indivizo com os mais herdeiros, cujas comprei do herdeiro Joaquim Vindio da Fonseca, e se denomina Bacabal. Declaro que possuo mais sete e meia braças de terras de lavrar de frente, com huma legôa de fundos, sitas nesta mesma Freguesia de Santa Maria de Anajatuba, que comprei do Herdeiro Antônio Hermogem Trinca, cujas terras se denominão Bacabal, e como não estão demarcadas não posso declarar com quem são místicas, por se achar indivizo com os mais herdeiros. Santa Maria de Anajatuba 28 de Dezembro de 1855. Arogo de Francisca Higina dos Santos Salustiano Antônio dos Santos. Foi me apresentado para se registrar no dia 6 de julho de 1856. Pagou mil e quatrocentos. Está Conforme. O Pº. Pedro Miguel Rabello. Vigario Encomendado”***

São Luís / MA, 26 de fevereiro de 2024.

Vilma Teixeira de Castro
Chefe do Arquivo Público
do Estado do Maranhão-APEM
Matrícula: 256545

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE TERRAS DE PEDRINHAS



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
End.: Rua de Nazaré, 218 – Centro – São Luís
CEP: 65.010-410 – Fone: (98) 3218-9927 / 9928 / 9929

DECLARAÇÃO

Nº 002/2024

Declaro que revendo o livro da série Registros de Terras do Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM, consta no livro nº 3.007 (1855-1857), antigo Livro nº 13 do ITERMA. o registro número 49, à folha 14v, com o seguinte teor e grafia: ***“Registro de uma posse de terra no lugar denominado Pedrinhas e Viados, pertencente ao Capp^{am} José Odorico Madail. Nº 49 O abaixo assignado tras ao registro na conformidade da Lei, uma porção de terras que comprehende as ilhas das Pedrinhas e Viados e todas as imediações the o lugar Cajaramam, cujas terras serve por compra que fez a Anna Clara d’Oliveira, confina por todos os lados com os herdeiros desta, e de seu Irmão Simão d’Oliveira. Santa Maria 20 de Janeiro de 1857. José Odorico Madail. Foi me apresentado para ser registrado no dia 19 de Janeiro de 1857. Pagou quinhentos reis . Está Conforme. O Pº. Pedro Miguel Rabello.***

Vigario Encomendado”

São Luís / MA, 26 de fevereiro de 2024.

Vilma Teixeira de Castro
Chefe do Arquivo Público
do Estado do Maranhão-APEM
Matricula: 256545

ANEXO D – CASA DE FARINHA DA COMUNIDADE BACABAL

ANEXO E – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS

Delícias do Babassu

Nosso Negócio

Delícias do Babassu é mais do que um negócio de produção e comercialização de alimentos. Somos um grupo de mulheres quilombolas e quebradeiras de coco do Maranhão que reúne pessoas, cultura tradicional, história e conservação das matas.

Nossa História

Somos avós, mães, irmãs, filhas e netas que carregam a cultura, luta e resistência das mães palmeiras. A organização do grupo teve como origem o Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria, que foi o pioneiro na região de Itapecuru e surgiu a partir da união de mulheres mães que ajudavam umas as outras a melhorarem a qualidade de vida de suas famílias. Depois, com muita luta e amor, nasceu o Delícias do Babassu, onde conciliamos o nosso modo de vida e conhecimento tradicional com tecnologia para produzir produtos derivados do babaçu de qualidade.



Nossos produtos

É da palmeira de babaçu que colhemos o coco e produzimos nossas delícias.

Mesocarpo
Biscoito, pão, bolo e pudim.

Amêndoa
Sorvete e bebida de amêndoa de babaçu.

Experimente nossas Delícias!

Clube de Mães Trabalhadoras Rurais
Quilombolas Lar de Maria 35.181.056/0001-74

📍 Povoado Pedrinhas, zona rural, 65.485-000, Itapecuru Mirim - MA

☎ (98) 99249-7310

📷 @delicias_do_babassu

✉ deliciasdobabassu@gmail.com

Seja mais pobre e feliz por faz de nossa marca

ANEXO F – PILÃO PARA AMASSAR A FARINHA DE MANDIOCA**ANEXO G – REGISTRO DA QUEBRA DE COCO BABAÇU**

ANEXO H – PÉ DE MOLEQUE ENROLADO NA FOLHA DA BANANEIRA



ANEXO I – PÉ DE MOLEQUE DEPOIS DE ASSADO



ANEXO J – MASTRO DO FESTEJO DE SÃO BENEDITO